

Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa

Índice

- 1. Preâmbulo**
- 2. Introdução**
- 3. A Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa**
 - 3.1 Dados Gerais e Contexto
 - 3.2 Caracterização e Diagnóstico
- 4. Plano de Ação 2020-2025 da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa**
 - 4.1 Visão e Missão e Objetivos
 - 4.2 Estrutura do Plano de Ação
 - 4.2.1 Fichas de Ação

A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera

C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

E - Governança efetiva do programa MaB da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas

Índice de Figuras

Figura 3.1- Zonamento da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa (Fonte: Candidatura a Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa)

Figura 4.1- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: <https://www.ods.pt/ods/>)

Figura 4.2- Estrutura do Plano de Ação da RBIG

Índice de Quadros

Quadro 3.1 - Diagnóstico SWOT à RBIG

Quadro 4.1 - Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A: A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Quadro 4.2 - Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Quadro 4.3 - Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Quadro 4.4- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Quadro 4.5- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

1. Preâmbulo

O presente documento concretiza a proposta para o Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa e resulta de um projeto conjunto, da iniciativa da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente, para o desenvolvimento dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores – Graciosa, Corvo, Flores e Fajãs de São Jorge e ainda do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável das Fajãs de São Jorge.

A elaboração dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores foi determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2017, de 22 de junho, tendo as respetivas propostas sido submetidas a discussão pública.

De acordo com o artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, cada Reserva da Biosfera é dotada de um plano de ação, aprovado por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de ambiente, do qual devem constar as ações a desenvolver, bem como conter um programa de educação ambiental específico e as ações de promoção interna e externa necessárias para a realização dos objetivos fixados para as reservas da biosfera no âmbito do Programa MaB da UNESCO.

2. Introdução

O Programa Man & the Biosphere (MaB) é um programa científico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criado em 1971 numa perspetiva de promover o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais.

Inicialmente muito centrado na conservação da natureza, foi-se adaptando aos novos desafios globais e atualmente tem como objetivo último a conservação da biodiversidade e do património cultural, a promoção do desenvolvimento económico sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os principais objetivos concretizam-se através da designação de Reservas da Biosfera (RB), territórios onde existe um mosaico de ecossistemas importantes e representativos de uma determinada região biogeográfica que funcionam como laboratórios vivos, onde se ensaiam iniciativas de conservação, promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos em cooperação entre as populações e os atores de desenvolvimento local.

Para além da conservação da biodiversidade, as Reservas da Biosfera, enquanto áreas piloto e laboratórios de sustentabilidade onde se promovem iniciativas inovadoras e a transferência de conhecimento para outros territórios, são também espaços de apoio ao desenvolvimento de práticas e implementação de estratégias nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e das Alterações Climáticas.

As Reservas da Biosfera foram, assim, concebidas para responder a uma das questões mais essenciais que o mundo enfrenta hoje:

Como conciliar a preservação da biodiversidade e dos recursos com o seu uso sustentável?

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos ou uma combinação de ambos, reconhecidas internacionalmente como tal no âmbito do Programa MaB. Estabelecem-se em zonas ecologicamente representativas ou de valor único, nas quais a integração da população humana e das suas atividades são essenciais. Devem contribuir para preservar e manter os valores naturais e culturais através de uma gestão sustentável, apoiada em bases científicas corretas e na criatividade cultural.

Para a gestão das RB foi criada a **Rede Mundial de Reservas da Biosfera (RMRB)**, que consiste numa rede dinâmica e interativa de territórios de excelência e que tem como objetivo promover a integração e simbiose harmoniosa entre as pessoas e a natureza, rumo ao desenvolvimento sustentável, através do diálogo participativo, a partilha de conhecimento, a redução da pobreza, a melhoria do bem-estar humano, o respeito pelos valores e o desenvolvimento de capacidades para lidar com a mudança no mundo.

Esta rede abrange, atualmente, 701 RB em 124 países, incluindo 21 RB transfronteiriças em 31 países.

Esta rede pretende também promover a cooperação entre os diferentes territórios classificados como RB e constitui um instrumento único para a colaboração internacional através da troca de experiências e conhecimentos especializados, o desenvolvimento das capacidades e a promoção das melhores práticas.

É uma rede de ecossistemas naturais dedicada à pesquisa interdisciplinar, capacitação, gestão e experimentação, em que são combinados fatores económicos, ambientais e sociais alternativos e inovadores para o desenvolvimento sustentável.

Este conjunto de territórios coopera através de seis Redes regionais, seis Redes sub-regionais e sete Redes de ecossistemas específicos.

A nível nacional, em setembro de 2016 foi criada a **Rede Nacional de Reservas da Biosfera (RNRB)** da UNESCO. A RNRB foi uma iniciativa da Comissão Nacional da UNESCO e é coordenada por uma Comissão, à qual compete assegurar o acompanhamento das suas atividades e convocar e dirigir as respetivas reuniões, sendo constituída por dois gestores das Reservas da Biosfera e pela própria Comissão Nacional da UNESCO.

Esta Rede tem como objetivos promover a aproximação entre as Reservas da Biosfera portuguesas, o intercâmbio de conhecimentos, a participação conjunta em projetos e iniciativas de promoção e divulgação dos territórios, colaborando na difusão do conceito de Reserva da Biosfera em Portugal e no Mundo.

Portugal que está associado ao Programa Man & the Biosphere desde finais de 1981, contribui, atualmente, com 11 Reservas da Biosfera, 3 das quais de natureza transfronteiriça – Gerês/Xurés, Meseta Ibérica e Tejo Internacional.

Na Região Autónoma dos Açores foram criadas quatro reservas da Biosfera, Corvo e Graciosa em 2007, Flores em 2009 e Fajãs de São Jorge em 2016, que passaram a fazer parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB (Homem e Biosfera).

As Reservas da Biosfera devem cumprir de forma integrada três funções:

Conservação: Contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem;

Desenvolvimento Sustentável: Fomentar o desenvolvimento económico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico;

Suporte logístico: Criar condições logísticas para a realização de projetos demonstrativos, para a produção e expansão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas.

De notar que a gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural. Neste sentido, o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril que aprova na RAA o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, contempla uma secção para as reservas da Biosfera (Secção V) onde são afixados os objetivos das reservas da Biosfera (artigo 51.º), os Planos de Ação (artigo 52.º), a Gestão das reservas da biosfera (artigo 53.º) e o Conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º).

Considerando a Visão do Programa MaB: “Um mundo onde as pessoas são conscientes do seu futuro comum e da interação com o nosso planeta, e atuem de forma coletiva e responsável para construir sociedades prósperas, em harmonia com a Biosfera. O Programa MaB e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera trabalham para atingir esta visão dentro e fora das Reservas da Biosfera.”, a sua missão para o período 2015-2025 é:

Desenvolver e fortalecer modelos para o desenvolvimento sustentável na RMRB;

Comunicar experiências e lições aprendidas, facilitando a difusão e a aplicação global desses modelos;

Fomentar a avaliação e a gestão, as estratégias e as políticas de qualidade para o desenvolvimento e planeamento sustentáveis, bem como apoiar as instituições responsáveis e resilientes;

Ajudar os Estados-Membros e as partes interessadas a cumprirem urgentemente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, através de experiências da RMRB, nomeadamente através do estudo e análise de políticas, tecnologias e inovações para a gestão sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais e para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Tanto a Estratégia MaB 2015-2025 como o Plano de Ação de Lima 2016-2025 assentam na continuidade da Estratégia de Sevilha (1995) e do Quadro Estatutário da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e têm por base os resultados da avaliação da implementação do Plano de Ação de Madrid para as Reservas da Biosfera (2008-2013).

Em consonância com a visão e missão do Programa MaB, o Plano de Ação de Lima dá grande ênfase às sociedades prósperas em harmonia com a Biosfera para atingir os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável e a implementação da Agenda 2030, tanto dentro como fora das reservas da biosfera, através da disseminação global dos modelos de sustentabilidade desenvolvidos nos territórios classificados com esta chancela.

O Plano de Ação de Lima 2016-2025

O Plano de Ação de Lima para o Programa MaB da UNESCO e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera (2016-2025) contém um conjunto abrangente, embora sucinto, de ações destinadas a assegurar a implementação efetiva da Estratégia MaB 2015-2025.

O Plano de Ação de Lima foi adotado durante o 4.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, em Lima, no Perú, em 2016, e é apresentado como uma matriz, estruturada de acordo com as 5 áreas de ação estratégica (e que estão na base da elaboração do Plano de ação para as Reservas da Biosfera Portuguesas):

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;

C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;

E - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Inclui objetivos a atingir, ações e resultados específicos que contribuirão para a efetiva implementação dos objetivos estratégicos contidos na Estratégia MaB e especifica também as entidades com maior responsabilidade pela sua implementação, juntamente com o âmbito temporal/prazos e os indicadores de desempenho.

Utilizando a Estratégia MaB 2015-2025 e o Plano de Ação de Lima 2016-2025 como pontos de referência fundamentais, os Comitês nacionais e as várias Redes MaB são fortemente encorajados a prepararem as suas próprias estratégias e planos de ação. Estes documentos devem ser fundamentados nas realidades e imperativos nacionais e regionais e contribuirão tanto para a sua reflexão e abordagem como para a implementação do Plano de Ação de Lima a nível global.

O Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal (2018-2025)

É precisamente no seguimento do Plano de Ação de Lima 2016-2025, que o Comité Nacional MaB desenvolve a adaptação do Plano de Ação de Lima à realidade das Reservas da Biosfera nacionais incluindo, as RB Transfronteiriças – Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal 2018-2025. Esse documento, aprovado por todas as RB presentes na Rede Nacional de Reservas da Biosfera e as entidades presentes no Comité nacional MaB, constituiu-se como o guia de bordo da estratégia de ação nos próximos anos.

A nível regional o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, refere que “cada reserva da biosfera é dotada de um plano de ação, trienal, do qual devem constar as ações a desenvolver no período” (número 1) e que deve “conter um programa de educação ambiental específico para os residentes na reserva e as ações de promoção interna e externa necessárias para a realização dos objetivos fixados para as reservas da biosfera no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO” (número 2).

Refere ainda que os planos de ação deverão ainda concretizar os eixos estratégicos de cada uma das Reservas da Biosfera, através de fichas de ação, nas quais se descrevem as principais linhas de atuação realizadas em cada Eixo, o seu contexto e objetivos, os indicadores e o impacto no território, o cronograma e o financiamento previsto.

Assim, prosseguindo os objetivos próprios das Reservas da Biosfera, definidos pelo Programa Homem e a Biosfera (MaB), e tendo por base o diagnóstico de necessidades e oportunidades e a análise das problemáticas em cada uma das áreas abrangidas pelas quatro Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores (RAA), estes planos de ação devem incidir, de um modo geral, sobre cada um dos respetivos eixos estratégicos de intervenção, mas também dar especial atenção aos problemas comuns relativos à conservação e gestão dos recursos naturais e aos desafios que se colocam ao desenvolvimento socioeconómico sustentável no âmbito geral da RAA. Isto permitirá também concretizar e implementar efetiva e eficazmente o conceito e objetivos da marca “Biosfera Açores”, privilegiando as atuações que permitam a partilha de sinergias, conhecimento (não obstante, tendo sempre em consideração as especificidades de cada ilha abrangida) e cooperação, não só com os respetivos PNI, mas também entre as diferentes ilhas e realidades.

Considera-se também importante prever atuações específicas para consolidar a imagem das Reservas da Biosfera e fomentar a participação social e a integração institucional e sectorial em todo o processo que envolve a programação e implementação do Plano de Ação.

A implementação destes Planos de Ação exigirá a participação ativa de todos os intervenientes, tanto públicos como privados, envolvidos em cada um dos territórios das Reservas da Biosfera e deverão também ser definidos mecanismos de financiamento para garantir de modo continuado a implementação das ações no horizonte de implementação dos planos.

E, neste sentido, importa referir que, sendo os planos de ação aprovados por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de ambiente (número 3 do artigo 52.º), as reservas da Biosfera são atualmente administradas no âmbito do parque natural de ilha onde se localizam (número 1 do artigo 53.º) e o parque natural de ilha fornece o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento da reserva (número 2 do artigo 53.º).

Quanto ao conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º), importa considerar que cada reserva da biosfera é dotada de um conselho de gestão com a seguinte composição:

- a) O diretor do parque natural de ilha, que preside;
- b) Um representante de cada um dos departamentos da administração regional autónoma competentes em matéria de economia, agricultura, florestas e pescas, nomeados pelos respetivos membros do Governo Regional;
- c) O presidente de cada uma das câmaras municipais dos municípios em cujo território a reserva se localize, ou um seu representante;
- d) Um representante de cada uma das associações empresariais com atividade na ilha onde se localize a reserva;
- e) Um representante de cada associação agrícola e de pescadores existente na ilha onde se localize a reserva;
- f) Um representante de cada uma das organizações não-governamentais de ambiente com sede ou intervenção na ilha onde se localize a reserva;
- g) Um representante da Secção de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana.

Ao conselho cabe:

- a) Dar parecer sobre o plano de gestão da reserva da biosfera e sobre a sua execução;
- b) Acompanhar a gestão da reserva da biosfera;
- c) Promover e autorizar o uso da marca e dos logótipos associados à reserva da biosfera em produtos e serviços;
- d) Sugerir ações e projetos de dinamização e promoção dos objetivos da reserva.

Importa ainda referir que atendendo a que a Gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural, sendo a sua gestão na Região atualmente assegurada pelos Parques Naturais de Ilha (PNI), a unidade de

gestão base da Rede de Áreas Protegidas da RAA, os Planos de Ação deverão ser considerados no próprio desenvolvimento dos planos de gestão e de ação dos PNI das respectivas ilhas. É fundamental assegurar que não se geram conflitos entre planos e respectivas estratégias de ação e intervenção, nem redundâncias ao nível das ações e intervenções e que são maximizadas e potenciais as sinergias entre estratégias de intervenção, em que ambos os planos, para cada ilha, se complementem e se exponenciem mutuamente. Para além dos PNI, os Planos de Ação deverão articular-se com outros instrumentos legais e de planeamento aplicáveis.

O Plano de Ação foi desenvolvido tendo em consideração, e orientado para a concretização dos seguintes objetivos:

Otimizar e implementar eficazmente a marca “Biosfera Açores” e os respetivos objetivos subjacentes à sua criação: “realçar os fatores distintivos da Região: Biodiversidade e Geodiversidade de excelência; Calma e natureza inexplorada; Vida marítima; Diversidade de ilhas e paisagens e Produtos locais, permitindo assim colocar esta “Marca” ao serviço do incremento da atratividade do produto “turismo da natureza” e do destino Açores, contribuindo para implementar uma estratégia que vise o desenvolvimento sustentável deste destino turístico”;

Desenvolver e implementar estratégias e ações que concretizem as funções de Reserva da Biosfera;

Contribuir e assegurar a conformidade com a Estratégia do MAB 2015-2025 e com o Plano de Ação de Lima para o MAB e para a Rede Mundial das Reservas da Biosfera (2016-2025) (que determina e impulsiona esses espaços como motor para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável de 2030 e para a luta contra as alterações climáticas e visa orientar a estratégia e as ações que serão empreendidas pelo Conselho Internacional de Coordenação do MAB.

Implementar e fortalecer modelos de desenvolvimento sustentável dentro das reservas da biosfera, incluindo soluções que protejam e promovam os conhecimentos dos seus habitantes;

Utilizar estas reservas como locais prioritários para a conservação da biodiversidade e dos seus ecossistemas, assim como para acompanhar as consequências das alterações climáticas, incluindo a sua mitigação e adaptação;

Implementar estratégias de conservação das reservas da biosfera com as comunidades locais, científicas, juvenis, e nativas, e também com o setor privado.

A figura 2.1 apresenta esquematicamente algumas das etapas mais emblemáticas do processo e caminho da RBIG.

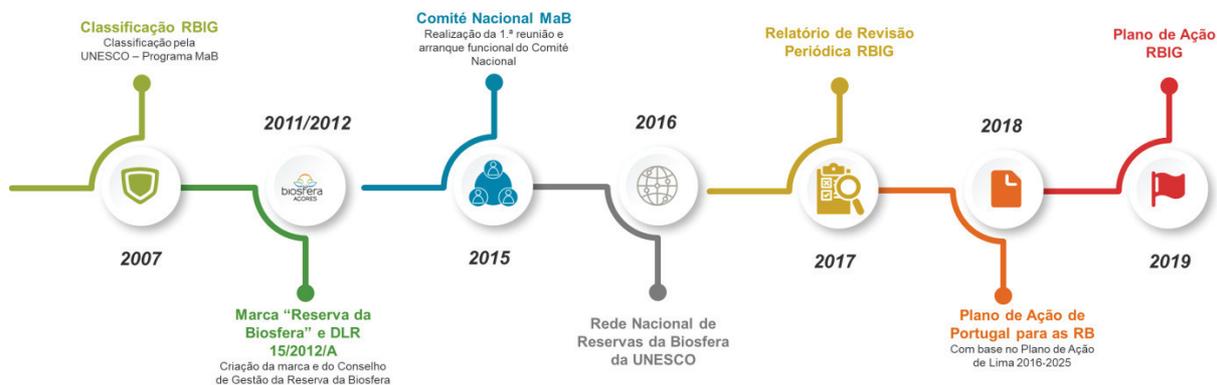


Figura 2.1- Linha temporal do enquadramento da RBIG

3. A Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa

3.1 Dados Gerais e Contexto

A **Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa (RBIG)** está centralizada na ilha Graciosa, incluindo toda a sua área emersa e uma zona marinha envolvente, abrangendo uma área total de cerca de 10 785,6 hectares, dos quais 343,32 hectares correspondem a zona núcleo terrestre e 214,19 hectares a zona núcleo da componente marinha, abrangendo um conjunto significativo de valores paisagísticos, geológicos, ambientais e culturais únicos a nível regional, nacional e internacional. Esta é a segunda menor ilha do arquipélago dos Açores, situada no seu Grupo Central, constituída por dois maciços separados por um vale, possuindo uma planície a norte e noroeste. É a ilha mais baixa dos Açores com grande parte da sua superfície em cotas inferiores a 150 metros e elevando-se a 405 metros no seu ponto mais alto. Possui diversos ilhéus dos quais se destacam dois pela sua importância natural, o Ilhéu da Praia e o Ilhéu de Baixo

A Figura 3.1 apresenta o zonamento da RBIG.

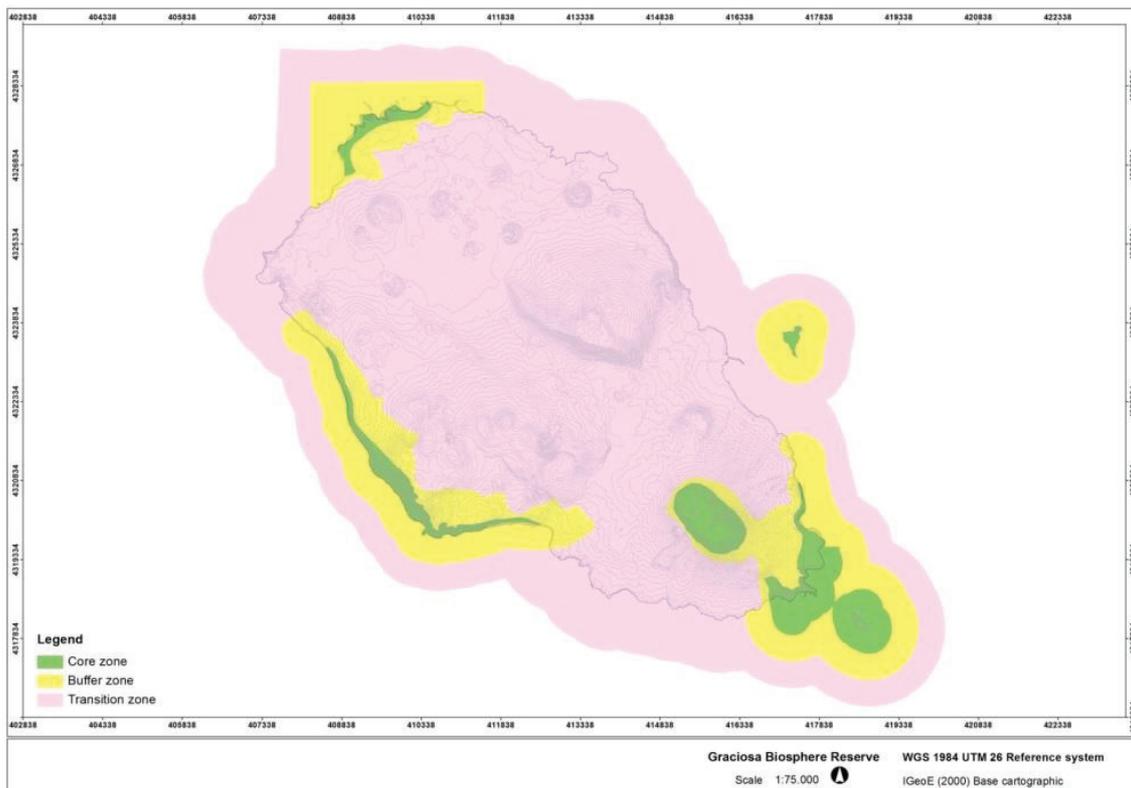


Figura 3.1- Zonamento da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa

Uma ocupação prolongada ao longo dos tempos, o cultivo, tendo funcionado como “o celeiro dos Açores” e criação animal tiveram como resultado uma paisagem humanizada de com uma índole cultural elevada, mas, ainda assim tendo sido preservadas importantes áreas que servem de refúgio para valores biológicos e ecossistémicos únicos. De igual modo, a sua riqueza e geodiversidade é um dos patrimónios naturais mais importantes da ilha, destacando-se, entre tufos e cones vulcânico, imponentes estruturas de algares e cavidades, sobressaindo, no interior da Caldeira (Monumento Natural), a Furna do Enxofre, uma imponente cavidade vulcânica caracterizada por ter um teto em forma de abóbada perfeita, que se situa entre aquelas onde as necessidades de proteção, preservação e de partilha dos valores biológicos, estéticos, científicos e culturais mais se fazem sentir. Também o seu património e potencial termal é “materializado” de forma mais visível na costa do Carapacho, onde foi aproveitado para termas.

Também os importantes e diversificados habitats naturais, alguns deles constantes no Anexo I da Diretiva Habitats, associados a um amplo e significativo conjunto de endemismo e áreas classificadas no âmbito das Diretiva Aves e Habitats, que constituem a Rede Natura 2000, e da

Convenção RAMSAR, foram determinantes para a consagração deste importante território terrestre e marinho como uma reserva da biosfera.

Efetivamente, esse reconhecimento reflete as características ambientais, patrimoniais e culturais únicas da ilha Graciosa de que são singular exemplo as significativas colónias de aves marinhas que nidificam nos seus ilhéus, a Furna do Enxofre, a peculiar arquitetura rural promotora da denominada “casa da Graciosa” e a “Arquitetura da Água”, original expressão da carência de água que sempre esteve presente na história do povo desta ilha, para além do significativo potencial das suas curraletas de vinha, que são parte indissociável da sua paisagem humanizada.

Também os ilhéus são uma peça fundamental deste território e interface terra-mar, constituindo importantes habitats de nidificação para aves marinhas e que servem igualmente como áreas de descanso/passagem de aves migratórias. Neles ocorrem especialmente o cagarro (*Calonectris borealis*), o garajau-rosado (*Sterna dougallii*), o garajau-comum (*Sterna hirundo*), o frulho (*Puffinus lherminieri baroli*), a alma-negra (*Bulweria bulwerii*), o garajau-de-dorso-preto (*Onychoprion fuscatus*) e o painho-da-Madeira (*Hydrobates castro*). Destaca-se nesse papel o Ilhéu da Praia onde, para além de ser um dos maiores e com maior diversidade de aves nidificantes dos Açores, foi identificada uma espécie endémica, o painho-de-Monteiro (*Hydrobates monteiroi*), que só nidifica nos ilhéus da Graciosa.

Por outro lado, detentora de uma orla costeira facilmente acessível a partir dos inúmeros portinhos tradicionais e de um fundo marinho particularmente belo, e biologicamente diverso, destacou-se no arquipélago como “capital do mergulho dos Açores”, numa interessante dinâmica local que se iniciou na procura de atividades económicas ambientalmente sustentáveis, mas que necessita de efetivamente voltar a ganhar destaque e concretizar-se.

A par dos valores naturais a ilha conta com uma riqueza e diversidade etnográfica importantes tanto a nível local como regional, com uma forte identidade ligada à preservação dos costumes e dos traços culturais que a definem, o que é refletido pelo grande número de associações culturais existentes na ilha. O desenvolvimento de atividades baseadas na valorização do património natural e cultural da RBIG, que complementem ou mesmo substituam algumas das práticas pouco rentáveis atuais, foi desde logo um dos objetivos da sua candidatura e será uma ferramenta para a renovação da economia e o desenvolvimento social local.

A Reserva da Biosfera possui assim diversas características que necessitam de se “cumprir” e que possibilitam a criação de novos produtos e valorização dos já existentes, tirando partido de valores ambientais e culturais próprios, num princípio de desenvolvimento sustentável.

3.2 Caracterização e Diagnóstico

Nos pontos seguintes é apresentada uma caracterização e diagnóstico síntese atualizados relativamente ao território e Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

Enquadramento legal:

Reconhecida como reserva da Biosfera em 2007, pelo Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB – Man and Biosphere) da UNESCO.

Enquadramento geográfico:

A Graciosa, com uma superfície de 60,7 km², é a mais setentrional das ilhas do grupo central do arquipélago dos Açores, estando posicionada, aproximadamente, a 20 milhas de São Jorge (N) e a 30 milhas da ilha Terceira (NW). Localiza-se entre 39° 05' 50" (a norte da povoação Achada) e 39° 00' 31" (a sul do Carapacho) de latitude norte e entre 27° 56' 53" (Ponta da Engrade) e 28° 04' 21" (a sul do Porto Afonso) de longitude oeste (Instituto Geográfico Português (IGP), 2008).

Como Reserva da Biosfera considera-se toda a área emersa da ilha e uma zona marinha envolvente, numa área total de cerca de 10 785,6 ha, dos quais cerca de 6 075,7 ha correspondem à componente terrestre e os restantes à componente marinha.

Relativamente à organização administrativa de âmbito local, a ilha Graciosa possui apenas um concelho: Santa Cruz da Graciosa.

Clima:

O clima do Arquipélago dos Açores é essencialmente ditado pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem, sendo que as características oceânicas acentuam-se de Oriente para Ocidente, revelando-se as ilhas das Flores e Corvo as que apresentam características “mais oceânicas”.

De uma forma muito geral caracteriza-se pela sua amenidade térmica, pelos elevados índices de humidade do ar, por taxas de insolação pouco elevadas, por chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos que rondam o arquipélago, acompanhando o evoluir dos padrões de circulação atmosférica à escala da bacia do Atlântico Norte.

Embora se verifique uma variação das condições climáticas de um extremo ao outro

Ordenamento do Território:

Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na ilha Graciosa são:

Alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Alteração do PNPOT) (aprovada em Conselho de Ministros

Extraordinário de 14/7/2018- instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional;

Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto) - traduzir em termos

espaciais os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentáveis formulados para o arquipélago e, por outro, estabelecer as medidas de articulação, a nível regional, das políticas estabelecidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e nos planos sectoriais preexistentes ou em elaboração, bem como das políticas e medidas de relevância regional contidas nos planos

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

do arquipélago e se observe uma variação espacial significativa dentro de cada ilha, o seu clima no litoral pode ser classificado genericamente de mesotérmico húmido com características oceânicas.

De acordo com a classificação de Köppen o clima dos Açores está abrangido pela categoria dos climas temperados quentes (grupo C), caracterizados por apresentarem verão e inverno e a temperatura média do mês mais frio ser inferior a 18°C mas superior a -3°C. A distribuição espacial das ilhas conduz, no entanto, a que o seu clima vá transitando de clima chuvoso temperado com verão seco a clima chuvoso temperado, húmido em todas as estações.

Ao se situar numa zona atlântica de confrontação de massas de ar com características distintas, o arquipélago está grande parte do tempo sujeito a nebulosidade de origem frontal. Por outro lado, pelo facto de se apresentarem como obstáculos à progressão de massas de ar húmido que, por efeito da orografia, é obrigado a contornar o relevo em altitude, as ilhas, sobretudo as mais compactas, estão grande parte do tempo sob a influência de nebulosidade de origem orográfica. Destas circunstâncias resulta que o arquipélago apresente um índice de insolação baixo, da ordem dos 35% em média anual, quando comparado com o total de horas de insolação possíveis. É significativamente superior junto ao litoral quando comparada com a observada em altitude; e maior nos meses de verão, com predominância para os meses de julho e agosto.

Junto ao litoral a temperatura média anual em todo o arquipélago ronda os 17,5°C. Nas mesmas circunstâncias de localização os valores médios mensais são sempre superiores a 10°C.

A temperatura varia regularmente ao longo do ano, sendo, em média, máxima em agosto e próxima dos 22,0°C. As temperaturas médias mensais mais baixas ocorrem em fevereiro situando-se próximas dos 14,5°C. Em altitude,

especiais de ordenamento do território (PEOT) e nos PMOT, culminando no objetivo de servir de quadro de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território

Plano Regional da Água (PRA) (Decreto Legislativo Regional nº 19/2003/A, de 23 de abril) (atualmente em fase de alteração) – instrumento de planeamento de recursos hídricos, de natureza estratégica e operacional, que consagra os fundamentos e as grandes opções da política dos recursos hídricos para a Região;

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PS Rede Natura 2000 da RAA) (Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril) - estabelece o âmbito e o enquadramento das medidas de conservação, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000;

Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) (Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, alterado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos e as regras orientadoras da disciplina dos fluxos específicos de gestão de resíduos, no sentido de garantir a concretização dos princípios para a gestão de resíduos;

Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (PROTRAA) (em revisão) - estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adotar;

Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto) - tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores; visa desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo,

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

a temperatura decresce de forma regular, à razão de 0,9°C por cada 100 metros (gradiente adiabático seco) até ser atingida a temperatura do ponto de orvalho a uma altitude que se situa, em média, próxima dos 400 metros. Por sua vez, a amplitude média anual da variação diurna é baixa, próxima dos 5°C, tendo tendência a ser superior na costa norte das ilhas.

A humidade relativa do ar dos Açores caracteriza-se por ser elevada ao longo de todo o ano apresentando valores médios mensais próximos dos 80%, sendo raros os dias em que se observam valores abaixo dos 50% (3 a 4 dias por ano junto ao litoral) e são mais de 60 os dias do ano em que a humidade relativa atinge, no litoral, valores superiores a 90%.

Dada a predominante origem tropical das massas de ar que assolam as ilhas por sul, bem como aos fenómenos de condensação e deposição de água nas zonas mais altas, a humidade do ar tende a ser inferior na costa norte quando comparada com a observada nas costas viradas a sul. Quando a circulação atmosférica provém de norte o ar apresenta-se, por norma, significativamente mais seco. Os Açores encontram-se localizados numa zona do Atlântico a que corresponde uma precipitação média anual ao nível do mar que varia entre os 700 e os 900 mm. No entanto, o impulso orográfico a que o ar se vê obrigado à proximidade das ilhas conduz a que junto ao litoral a precipitação anual já seja superior a este valor.

A precipitação observada ao nível do mar cresce de Leste para Oeste variando entre os 775 mm observados na ilha de Sta. Maria até aos 1 700 mm observados na ilha das Flores. Os meses de setembro a março concentram 75% do total da precipitação anual.

O vento é uma constante do clima açoriano, soprando de forma regular ao longo do ano, mais moderado nos meses de verão, e de forma mais intensa nos meses de inverno, predominando os ventos do quadrante Oeste,

promovendo a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica;

Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021 (PGRH-Açores 2016-2021) (Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica dos Açores;

Plano de Ordenamento de Orla Costeira da ilha Graciosa (POOC Graciosa) (Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2008/A, de 25 de junho) - transformação dos solos abrangidos pela sua área de intervenção, nomeadamente a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos;

Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM) (Lei n.º 17/2014, de 10 de abril) - Estabelece as bases e define e integra as ações promovidas pelo Estado português, visando assegurar uma adequada organização e utilização do espaço marítimo nacional, na perspetiva da sua valorização e salvaguarda, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. É no âmbito deste normativo e do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março (que a estabelece e define os respetivos regimes de aplicação), que é desenvolvido o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA).

Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA) - O Plano de Situação referente ao espaço marítimo adjacente aos Açores encontra-se na sua fase final de elaboração. Este tem como objetivos representar e identificar a distribuição espacial e temporal dos usos e das atividades existentes e potenciais e é um instrumento que pretende promover a compatibilização entre usos ou atividades concorrentes, tendo em vista contribuir para melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho e minimizar os impactes das atividades humanas no meio marinho. Irá também

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

no entanto, verifica-se um incremento dessa predominância com a altitude e das ilhas do grupo oriental para as do grupo ocidental.

identificar os valores naturais e culturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional. Plano Diretor Municipal de Santa Cruz da Graciosa (PDM Graciosa) (DRR n.º 6/2007/A, de 8 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 28/2013, de 20 de março) - estabelece a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, de acordo com as leis respeitantes ao ordenamento do território e urbanismo, sendo o regime de uso do solo determinado através da classificação e qualificação do solo; Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa (PPZI Santa Cruz da Graciosa) (Aviso n.º 2928/2015 de 18 de março) - define propostas de organização espacial da zona Industrial da Graciosa, definindo com detalhe a conceção da forma de ocupação.

Dinâmica Social:

Na área integrada na RBIG a população distribui-se pelas três zonas (núcleo, tampão e de transição) de forma diferenciada com uma maior concentração na zona de transição, registando a presença de cerca de 100 pessoas na zona núcleo e 300 na zona tampão.

Segundo os dados estatísticos regionais mais recentes (Anuário Estatístico Regional 2017), residem na ilha Graciosa 4267 residentes, o que corresponde a cerca de 1,75% da RAA, com 243862 habitantes.

A ilha registou uma perda populacional muito significativa entre 2001 e 2011 (-8,1% correspondendo a -389 habitantes). Porém, esta regressão terá desacelerado, verificando-se um decréscimo da população na ordem de -2,4% relativamente ao último censo, ou seja, -124 residentes em seis anos. Em termos de estrutura etária, Santa Cruz da Graciosa apresenta uma população envelhecida, apresentando um índice de envelhecimento elevado (149 idosos por cada 100 jovens) superior à média regional (89,5). Ainda assim, o peso relativo da população

Infraestruturas:

O Aeródromo da Graciosa inaugurado em 1981 e gerido pela SATA é a única infraestrutura aeroportuária existente na ilha, situando-se na costa nordeste. Possui uma pista com cerca de 1325 metros de comprimento por 30 metros de largura.

No que respeita a infraestruturas viárias, a atual configuração da rede viária responde na generalidade às necessidades de deslocação da população. Do centro de Santa Cruz da Graciosa irradia um conjunto de vias praticamente em todas as direções que permite fazer a ligação a todo o meio urbano assim como liga às principais povoações da ilha Graciosa.

A rede viária apresenta-se adequada face às solicitações de tráfego existentes, no que também é ajudada pela morfologia da ilha e existem 3 carreiras de transporte público coletivo, que fazem a ligação aos principais aglomerados;

Em termos de infraestruturas portuárias, existe um porto de classe B – Porto da Praia - dois portos classe D – Porto de Pescas de Santa Cruz, Porto de Pescas da Folga – e ainda três portos classe E – Portinho da Barra, do Carapacho e Porto Afonso – associados essencialmente a usos balneares.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

jovem (com idade inferior a 25 anos) representa $\frac{1}{4}$ da população residente e era, em 2017, superior ao da faixa etária dos maiores de 65 anos (24,8% face a 19,5%). Em termos de distribuição territorial da população, a grande maioria (1767) reside na freguesia sede do concelho, Santa Cruz da Graciosa), concretamente na Vila, sendo o resto do povoamento mais disperso ao longo da rede viária.

Ao nível das famílias, de acordo com os dados do último Censo da população, em 2011 existiam na ilha um total de 1658 famílias, das quais 893 (54%) eram compostas por 1 ou 2 pessoas e 8,5% tinham 5 ou mais pessoas.

No que diz respeito às qualificações da população residente, com base nos dados do Censo de 2011 do INE, 5,8% dos residentes na ilha Graciosa não sabe ler nem escrever, valor superior à média regional (4,7%), representando cerca de 253 indivíduos num universo de 4391 residentes na ilha.

Apenas 11,4% dos residentes com qualificações, completaram ou estavam a frequentar, em 2011, o ensino secundário, registo muito inferior ao valor da RAA que ronda os 89,4%, sendo de destacar a prevalência de população com apenas o 1º ciclo do ensino básico (completo ou ainda a frequentar). Por outro lado, o número de residentes que prosseguiu os estudos para o ensino superior representava apenas 7,9% – abaixo da média regional - facto justificado em grande parte pela reduzida saída de estudantes para estudar fora da ilha para ingressar numa universidade.

O parque edificado em 2011 era composto por 2775 edifícios, dos quais 914 se localizam na freguesia de Santa Cruz da Graciosa, sendo a grande maioria (96%) de uso exclusivamente residencial e a maior parte (54%) de tipologia isolada, geralmente com 1 a 2 pisos.

Cerca de 51% dos edifícios recenseados em 2011 têm data de construção anterior a 1970, demonstrando um parque edificado

Em termos de ligações marítimas de passageiros, há a referir o serviço regular de transporte marítimo de passageiros com ligações às ilhas de São Jorge e Terceira, durante os meses de abril a setembro, inclusive.

O transporte aéreo de passageiros é assegurado pelos voos comerciais da SATA – AIR AÇORES, de realização bidiária para a ilha Terceira e com ligação às restantes ilhas do arquipélago e Portugal Continental.

A Central Termoelétrica da Graciosa constitui uma das origens da produção de energia elétrica da ilha, sendo a rede de distribuição MT 15 kV assegurada por duas linhas: uma enterrada com 8,3km de extensão e uma aérea com 56,1 km, totalizando 64,4 km.

Têm sido desenvolvidos projetos importantes e pioneiros ao nível da produção de energia a partir de fontes renováveis, destacando-se o parque fotovoltaico do Quitadouro e eólico da Serra Branca, que no âmbito do Projeto Graciosa Energy System – Gracióllica tem permitido o funcionamento da rede elétrica da ilha a 100% a partir de energias renováveis. Este projeto contempla a construção do primeiro sistema mundial de energia híbrida, com até 100% de energia proveniente de fontes renováveis, como o vento e o sol, armazenada em baterias, e que irá definir novos padrões nesta área para as ilhas em todo o mundo.

No que respeita às infraestruturas de telecomunicações, na ilha existem 1858 acessos do serviço de telefone fixo, dos quais 1366 são acessos residenciais, 10 acessos de telefone público, 1200 acesso ao serviço de internet em banda larga e 3 estações/postos de correios.

Em termos de abastecimento de água, de acordo com o PGRH Açores 2016-2021, todos os alojamentos estão cobertos pelo serviço de abastecimento de água, o qual é constituído por 2 sistemas (norte e sul) com origem exclusivamente em captações subterrâneas.

Relativamente ao serviço público de saneamento, o PGRH Açores 2016-2021 refere que a população servida e ligada em Santa Cruz da Graciosa pela rede de drenagem de águas residuais implementada ronda os 19%. O serviço baseia-se

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

envelhecido (mais de 45 anos) quando comparado o número de edifícios construídos já no século XXI, que corresponde a apenas 9%.

Os 2763 edifícios com fins habitacionais abrangem 2825 alojamentos familiares clássicos sendo que 1641 são de residência habitual e 297 estão vagos.

num sistema de tratamento preliminar e primário junto do Paul e uma fossa séptica coletiva que serve o Cais da Barra.

A Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa efetua a recolha dos resíduos porta a porta e nos ecopontos e transporta-os para o Centro de Processamento de Resíduos (CPR), concessionado a uma empresa que é responsável pela receção, armazenagem, tratamento dos resíduos verdes e orgânicos através de compostagem e ainda pela caracterização dos resíduos e sua monitorização e encaminhamento para fora da ilha.

Em 2016 foram recolhidas 1931 ton de resíduos urbanos, sendo que a totalidade dos resíduos geridos (1565 ton) tiveram como destino final a sua valorização.

Ao nível dos equipamentos coletivos, a ilha apresenta uma diversidade de equipamentos de utilização coletiva adequada às necessidades das populações.

Conservação da Natureza:

A ilha Graciosa tem uma riqueza significativa de flora terrestre endémica, contando com cerca de 55 espécies endémicas, das quais 24 são endemismos dos Açores e 10 endemismos da Região Macaronésica. A fauna invertebrada lista 48 artrópodes terrestres endémicos dos Açores e 14 endémicos da Região Macaronésica. Estão também registados 19 endemismos açorianos para os moluscos terrestres e 3 endemismos macaronésicos. Em termos de avifauna, estão registadas 9 subespécies endémicas dos Açores e uma espécie endémica, *Serinus canaria*, da Macaronésia, nidificantes na ilha. A RBIG abrange áreas de importância internacional por nidificarem espécies raras e sensíveis de aves sendo muitas delas incluídas no Anexo I da Diretiva Aves da União Europeia e destaca-se ainda a presença de duas espécies de morcegos, uma espécie endémica dos Açores (*Nyctalus azoreum*) e outra endémica da Macaronésia (*Pipistrellus maderensis*). São igualmente

Dinâmica Económica:

O sector terciário assume uma expressão significativa na estrutura do emprego do município de Santa Cruz da Graciosa (cerca de 64% dos residentes empregados), demonstrando a importância do sector dos serviços, salientando aqui o peso muito relevante do emprego nos serviços públicos.

Por sua vez, o sector secundário assume maior significado (22%) do que o sector primário (14%), evidenciando as atividades de transformação de matéria-prima como relevantes na atividade económica sua população.

Relativamente ao desemprego é possível verificar que em 2011, existiam no município cerca de 184 residentes desempregados, correspondendo a uma taxa de desemprego de 8%.

Segundo os dados mais recentes divulgados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2017), existem 109 empresas com sede na ilha Graciosa, em que 87% tem menos de 10 pessoas ao serviço – sendo responsáveis por 42,8% das pessoas empregadas ao serviço das empresas.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

importantes um conjunto significativo de espécies marinhas, desde peixes (ex: *Symphodus caeruleus* (bodião-verde)), repteis (ex: *Caretta caretta* (tartaruga-boba)), a moluscos e cetáceos.

De acordo com o instituído no Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011/A, de 28 de março, o Parque Natural de Ilha (PNI) constitui, a par do Parque Marinho do Arquipélago dos Açores (PMA), a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

As áreas do PNI Graciosa totalizam cerca de 1110 ha, dos quais 353 ha correspondem a área terrestre e 757 ha a área marinha e integram as seguintes categorias e áreas: Reservas Naturais (Ilhéu de Baixo e Ilhéu da Praia); Monumento Natural (Caldeira da Graciosa), Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies (Ponta da Restinga, Ponta Branca e Ponta da Barca); Áreas Protegidas de Gestão de Recursos (Costa Sudeste e Costa Noroeste). De notar que uma importante parte do PNI Graciosa se sobrepõe a áreas núcleo e de tampão da RBIG.

ÁREA PROTEGIDA		ZONA	ÁREA (HA)
Reserva Natural	Ilhéu da Praia	Terrestre / Marinha	9,92 / 208,63
	Ilhéu de Baixo	Terrestre / Marinha	129,30 / 9,76
Monumento Natural	Caldeira da Graciosa	Terrestre	119,87
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Ponta Branca	Terrestre	101,52
	Ponta da Barca	Terrestre	41,97
	Ponta da Restinga	Terrestre	70,23

Na ilha Graciosa, 95 empresas (num total de 109 empresas com sede na ilha) têm menos de 10 pessoas ao serviço, empregando 42,8% das que estão ao serviço de todas as empresas da ilha. Os sectores mais relevantes na estrutura empresarial são os do Comércio e reparação de veículos automóveis (145) e das atividades de saúde humana e apoio social (110). Aproximadamente 40% do total das empresas da ilha são antigas, entre os 20 e 49 anos.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

Área Protegida de Gestão de Recursos	Costa Noroeste	Marinha	283,07
	Costa Sudeste	Marinha	135,86

Na ilha Graciosa existem duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e duas Zona de Proteção Especial (ZPE), que totalizam aproximadamente 355 ha, dos quais 143 ha correspondem a área terrestre e 212 ha a área marinha: ZEC Ilhéu de Baixo e Ponta da Restinga e ZEC Ponta Branca; ZPE Ilhéu de Baixo e ZPE Ilhéu da Praia.

Importa ainda referir, ao nível da conservação, as Áreas de gestão da apanha de espécies marinhas do mar do Açores, em que foram definidas na ilha Graciosa 4 áreas reserva do regime da apanha (GRA(A), GRA(B), GRA(C), GRA(D)).

No que respeita à Convenção RAMSAR, destaca-se nesta ilha o Sítio RAMSAR da Caldeira da Graciosa (120 ha), classificada como de elevada importância, e que coincide com uma das mais importantes zonas núcleo da RBIG.

A ilha abriga também algumas espécies de aves, muitas das quais estão listadas no Anexo I da Diretiva Aves, sendo que algumas das áreas protegidas da Graciosa são também classificadas como áreas Importantes para as Aves (IBA – *Important Bird Areas*). Neste âmbito destacam-se 4 IBAS terrestres – Serra Branca (com correspondência a algumas zonas da ZEC e Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta Branca); Ilhéu de Baixo e Costa Adjacente (coincidente com a Reserva Natural do Ilhéu de Baixo, com a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta da Restinga e com a Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sudeste); Ilhéu da Praia (coincidente com a Reserva Natural do Ilhéu da Praia); Ilhéu da Baleia e Ponta da Barca (coincidente com a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta da Barca e com a Área

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

Protegida de Gestão de Recursos da Costa Noroeste); e 1 IBA Marinha - Graciosa (IBA marinha que rodeia completamente toda a ilha, e delimitada em particular devido às populações de *Hydrobates monteiroi* (painho-de-Monteiro) (endémica), *Puffinus lherminieri baroli* (frulho), *Calonectris borealis* (cagarro), *Sterna dougallii* (garajau-rosado) e *Sterna hirundo* (garajau-comum), *Bulweria bulwerii* (alma-negra), *Onychoprion fuscatus* (garajau-de-dorso-preto) entre outros, e coincidindo assim com as restantes ZEC e ZPE).

De referir ainda que decorreram e decorrem nesta ilha importantes projetos ao nível da conservação da natureza, como é o caso do Projeto Painho-de-monteiro fase I (financiado pelo Preventing Extinctions Programme da Birdlife International, 2014-2015) e o LIFE IP Azores Natura, que abrange igualmente algumas ações no Ilhéu da Praia. De salientar também os LIFE EuroSAP, LuMinAves e Mystic Seas I e II.

O LIFE Azores NATURA I.P. é o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores, tendo-se iniciado em 2019, terá a duração de 9 anos, com intervenções em áreas de Rede Natura 2000. Abrange 23 ZEC's (Zonas Especiais de Conservação), 15 ZPE's (Zonas de Proteção Especial) e 3 SIC's (Sítios de Interesse Comunitário), procurando obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves que fundamentam a sua designação. Deste modo, e tendo como principal objetivo a implementação do Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (PAF), o projeto procura que as monitorizações/avaliações futuras evidenciem um melhor estado de conservação para 100% dos habitats e mais de 50% das espécies, do que as descritas em estado desfavorável no último relatório de avaliação para a UE (2013).

Para este efeito, o LIFE IP Azores Natura visa diretamente as 4 principais áreas abrangidas pelo PAF - todas elegíveis para

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

financiamento pelo LIFE-IP - e mobiliza fundos complementares, com objetivos sinérgicos, através de candidaturas a uma variedade de outros mecanismos.

O LIFE EuroSAP, que decorreu entre 2015 e 2018, juntou 10 países europeus, incluindo Portugal, sendo a SPEA o representante desse projeto no nosso país, e teve como objetivo unir sinergias para enfrentar os novos desafios e ameaças a que algumas das nossas aves icónicas estão sujeitas. As 16 espécies de aves visadas pelo LIFE EuroSAP são algumas das espécies mais carismáticas e ameaçadas da Europa, entre elas a rola-brava e o painho-de-monteiro. As medidas de conservação à data não se consideravam adequadas às reais necessidades e as suas populações continuavam em declínio contínuo. Este projeto permitiu estabelecer as bases de trabalho e identificar as medidas de conservação que serão necessárias implementar durante os próximos anos, de forma a garantir a viabilidade das espécies-alvo.

O projeto LuMinAves - Contaminación lumínica y conservación de aves marinas en islas: reduciendo los efectos de la iluminación artificial sobre las poblaciones de Procellariiformes de los archipiélagos de la región macaronésica – é um projeto do PO MAC 2014-2020 e visa diminuir os impactos da poluição luminosa sobre as aves marinhas da Macaronésia (Procellariiformes), nomeadamente o cagarro e outras aves similares, e conta com a participação de três Arquipélagos Macaronésicos: Açores, Madeira e Canárias. Centra-se na conservação de espécies de aves marinhas ameaçadas às escalas regional, nacional e internacional, que nidificam nas ilhas e ilhéus dos três arquipélagos, tanto em áreas protegidas pela Rede Natura 2000, como em zonas que carecem de proteção adicional, nomeadamente núcleos turísticos, residenciais ou industriais com maior impacto de poluição luminosa.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

O projeto Mystic Seas I (2015 – 2017) - Macaronesia Islands Standard Indicators and Criteria: Reaching Common Grounds on Monitoring Marine Biodiversity in Macaronesia – destinou-se a conceber uma metodologia comum para a monitorização da biodiversidade marinha na região da Macarónia, centrando-se nas populações de espécies marinhas de cetáceos, tartarugas e aves; e estabelecendo um roteiro comum para melhorar a coordenação na implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha em Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Canárias,), uma das regiões marinhas mais bio diversas da Europa. Por sua vez, o Mystic Seas II (2017 – 2019), que terminou no início de 2019, visou a aplicação de uma abordagem sub-regional coordenada e coerente na operacionalização dos programas de monitorização e seguimento desenhados no âmbito do MISTIC SEAS. Teve também como objetivo abordar atividades para o reforço regional das atualizações na determinação do Bom Estado Ambiental (BEA) e de preparação dos desafios a alcançar no 2 ciclo de implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha. Encontra-se atualmente em curso o projeto Mystic Seas III, até 2021, que visa a implementação da abordagem sub-regional desenvolvida no Mystic Seas II.

Património Cultural, Geológico e Paisagem:

Unidades de Paisagem - De acordo com a atualização do Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos), a ilha Graciosa apresenta sete unidades de paisagem distintas: G1 – Currais da Graciosa; G2 – Campos Agrícolas entre Santa Cruz, Guadalupe e Vitória; G3 – Pastagens da Encosta de Serra Branca; G4 –

Turismo:

Hotelaria Tradicional – Existiam em 2018 na ilha Graciosa 3 estabelecimentos, que apresentavam uma oferta de 179 camas

Turismo em Espaço Rural e Turismo de Habitação - Existem 11 estabelecimentos, cuja taxa de crescimento médio anual entre 2014-2016 foi de 15%.

No que concerne ao número de camas em 2018 eram 80, e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2016) de 11%.

Alojamento Local - Existem 12 estabelecimentos, com 46 camas, sendo que no ano de 2017 a ilha

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

Maçiço Central (Serras Dormidas e das Fontes); G5 – Vale Praia / Luz; G6 – Caldeira do Enxofre; G7 – Encostas Marítimas da Caldeira do Enxofre. E sete elementos singulares: ESG1 - Cascalhos Incultos de Barro Vermelho; ESG2 - Caldeira da Senhora da Ajuda; ESG3 - Arribas de Porto Afonso; ESG4 - Ilhéu da Praia; ESG5 - Baía do Filipe; ESG6 - Termas do Carapacho; ESG7 - Ilhéu de Baixo. Destas unidades, a G1, G3, G5, G6 e G7 coincidem com zonas núcleo da RBIG e apenas a G4 é que não coincide nem com zona núcleo, nem tampão.

No âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro, que aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, são definidas as orientações para a gestão da paisagem de alguns elementos singulares e identitários na Graciosa, designadamente:

- a) Preservar as características da paisagem, estruturalmente agrícola e com um carácter vincadamente rural, cujos usos se encontram genericamente adequados à aptidão dos solos;
- b) Promover a minimização dos processos erosivos do solo, em especial nas arribas litorais através do seu revestimento permanente com vegetação, dos fenómenos de erosão hídrica visíveis, sobretudo na metade superior das encostas com acentuados declives, bem como conter a expansão de pastagens de modo a controlar a drenagem das águas pluviais;
- c) Incentivar a recuperação da paisagem cultural caracterizada pela presença de currais de vinha, pela sua raridade e valor, e promover ações integradas que visem a recuperação e a valorização da fruticultura e da viticultura;
- d) Evitar a dispersão construtiva fora dos aglomerados urbanos.

Existem nove miradouros principais na ilha que permitem observar diversos dos

Graciosa registou 58 hóspedes nesta tipologia e 199 dormidas, com uma estada média de 3,4 dias.

Restauração – existem na ilha 27 estabelecimentos de restauração, representado um total de 1% da RAA. Contudo, este número engloba todos os estabelecimentos com CAE de restauração, que podem corresponder apenas a pequenos bares ou cafés, e mesmos a estabelecimentos de venda de produtos e bens alimentares a retalho que tenham serviços de café ou bar. Nesse contexto a oferta de serviços integrais de restauração na ilha é bastante inferior, estimando-se em cerca de 12 estabelecimentos.

Existe um importante conjunto de atividades e serviços com potencial de diversificação e qualificação distintiva no âmbito do turismo e do respetivo marketing territorial turístico, encontrando-se em curso uma série de iniciativas e ações no âmbito do Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) e um conjunto de ações previstas no âmbito da revisão do POTRAA que permitam alavancar e salvaguardar a qualificação e identidade do território a nível turístico, em particular associados aos princípios e objetivos do ODS e da Reserva da Biosfera.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA GRACIOSA

principais e mais singulares e identitários pontos panorâmicos: Miradouro da Caldeira da Graciosa, Miradouro da Ermida de Nossa Senhora da Saúde, Miradouro da Caldeirinha, Miradouro da Ponta da Barca, Miradouro da Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, Miradouro da Furna da Maria Encantada, Miradouro do Quitadouro e 2 Miradouros na Serra Branca.

A RAA possui 82 percursos pedestres homologados sendo que três são na Graciosa, complementados com uma grande rota: Baía da Folga (PR3GRA); Serra Branca – Praia (PR1GRA); Volta à Caldeira – Furna do Enxofre (PRC2GRA); Grande Rota da Graciosa.

Nos Açores estão registados 121 geossítios dispersos pelas nove ilhas e fundos marinhos envolventes, dos quais 57 estão identificados como geossítios prioritários e destes cinco na ilha Graciosa. Como resultado da riqueza, diversidade e singularidades deste património geológico, a UNESCO classificou o arquipélago dos Açores como um Geoparque Natural – Geoparque Açores. No que concerne às cavidades vulcânicas, importa referir que existem 272 cavidades vulcânicas identificadas, das quais 11 na ilha Graciosa.

Relativamente aos imóveis classificados, existem na ilha Graciosa 14 imóveis (nas categorias: Arquitetura Civil e Arquitetura Religiosa). Neste âmbito dá-se particular destaque não só ao património classificado (em especial associado à arte sacra), mas também a outros elementos com valor patrimonial como é o caso dos moinhos, da Arquitetura da Água, entre outros elementos e conjuntos singulares, bem como património imaterial (por exemplo, musical).

No Quadro 3.1 é apresentado um diagnóstico assente numa abordagem SWOT (*Strengths – Pontos Fortes, Weaknesses – Pontos Fracos, Opportunities – Oportunidades e Threats - Ameaças*), com

base na caracterização da situação atual e na evolução desde o processo de candidatura deste território.

Quadro 3.1_ Diagnóstico SWOT à RBIG

SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Desaceleração da perda populacional nos últimos 6 anos; ¼ da população residente em 2017 tinha idade igual ou inferior a 25 anos, superior à população com mais de 65 anos; Centro urbano do principal aglomerado classificado como património, com um importante e identitário traçado e valor arquitetónico e histórico; Existência da Arquitetura da Água e das potencialidades não só como recurso turístico, mas como exemplo de boas práticas e de ligação às raízes para implementar projetos de uso racional e eficiência da água e armazenamento complementar da água, novamente no quotidiano das famílias; Ligações aéreas bidirias à ilha Terceira e subsequentemente a restantes ilhas e continente português; Ligações marítimas de passageiros regulares a São Jorge e Terceira entre abril e setembro; Nível de atendimento máximo do serviço público de abastecimento de água; Totalidade dos resíduos urbanos tratados no Centro de Processamento de Resíduos, que têm como destino final a sua valorização; Eliminação da deposição de resíduos em aterro; Boa cobertura da rede de equipamentos coletivos; Crescimento recente por nichos especializados de atividades, como o <i>birdwatching</i>; Crescente dinamização de atividades de desporto de natureza associado a iniciativas do PNI e outras entidades públicas da ilha; Existência de recursos naturais e condições ambientais excecionais para a prática de algumas atividades que poderão cativar nichos importantes de turistas, como é o caso do mergulho, ou ao nível da investigação científica;</p>	<p>Elevado envelhecimento da população residente; Baixos níveis de qualificação da população residente; Apenas 19% da população residente é servida pela rede de drenagem de águas residuais; Fraca diversidade da oferta turística existente (alojamento, restauração, atividades); Tecido empresarial muito fragmentado com alguma fragilidade; Excessiva dependência do sector dos serviços na estrutura do emprego; Oferta reduzida de serviços complementares ao turismo (restauração, animação turística...); Constrangimentos na capacidade de captar visitantes por mais do que dois a três dias; Reduzido número de produtos com a marca “Açores” e “Reserva da Biosfera”.</p>

SWOT

Museu é um importante recurso turístico na ilha que serve de porta de entrada e informação para as restantes atividades e recursos.

Oportunidades

Consolidação e evolução da atividade de observação das aves (marinhas protegidas) como um importante produto turístico da Graciosa;
Intervenções de requalificação urbana que potenciam a atração de novos residentes (ex.: efetiva aplicação dos instrumentos financeiros de apoio à reabilitação urbana);
Desenvolvimento das atividades económicas ligadas ao turismo e potenciar a divulgação dos elementos e rota da Arquitetura da Água (Caldeirinha, as Fontes,), articulado com outros recursos, para percorrer, como as antigas canadas, o Burro, entre outros (associado às rotas dos moinhos e as casas das lavadeiras).
Divulgação dos recursos / elementos associados aos padrões quinhentistas e do património arquitetónico característico de Santa Cruz da Graciosa (o alojamento em TH seria uma aposta estratégica na recuperação e valorização desse património).
Aproveitamento crescente das potencialidades de exploração do “pacote ecoturístico” do grupo central.
Melhoria das ligações marítimas de passageiros;
Autonomia e eficiência energética;
Desenvolvimento e ampliação das redes de drenagem de águas residuais;
Aproveitamento das potencialidades naturais para o desenvolvimento do ecoturismo, nomeadamente com a dinamização de mais percursos pedestres e para a criação / potenciação de produtos com base em materiais / elementos endógenos e históricos (ex: alho, meloa, entre outros) e potenciando o papel histórico do “celeiro dos Açores”;
Sensibilização para o cumprimento das boas práticas agrícolas;
Reabilitação das Termas do Carapacho;
Reforçar a promoção dos eventos culturais (festivais, roteiros associados à religião) e dos roteiros culturais para a época do Inverno IATA e para os meses março, abril, outubro;

Ameaças

Problemas de quantidade de água para abastecimento público em determinadas situações climáticas (períodos de seca e escassez mais prolongados), que normalmente coincidem com os períodos de maior afluência turística à ilha (verão);
Tendência para a sazonalidade acentuada da procura turística;
Risco de degradação de um elevado número de edifícios no território, face à idade de uma parte significativa do seu parque edificado (mais de metade dos edifícios possui mais de 45 anos);
Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados isolados, sem capacidade para aproveitamento de rendimentos de escala e com custos acrescidos de entrada em mercados externos;
Consequências das alterações climáticas, que potenciam o agravamento e aumento da frequência de eventos climáticos extremos, quer ao nível de ventos, de precipitação, e também do inverso – períodos sem precipitação mais alongados, com efeitos negativos sobre as disponibilidades de água para abastecimento (consumo humano e para outras atividades);
Capacidade de alojamento e serviços complementares limitada face a um aumento da procura turística nos meses de verão (essencialmente entre junho e agosto).

SWOT	
Desenvolver a gastronomia local com base nos recursos pesqueiros; Necessidade de dinamizar a recuperação das curraletas e a produção de vinho.	

4. Plano de Ação 2020-2025 da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa

4.1 Visão e Missão e Objetivos

Os objetivos do Plano de Ação da RBIG têm como linhas orientadoras a Visão e a Missão, para o período de 2015-2025, do Programa MaB e o necessário contributo para as três funções / objetivos complementares das RB de:

Conservação - contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;

Desenvolvimento Sustentável - contribuir para um desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável;

Suporte Logístico - proporcionar alicerces para investigação, monitorização, educação e troca de informação, relacionados com temas de conservação e desenvolvimento locais, nacionais e globais.

Por sua vez, conforme referido, é fundamental que o Plano de Ação se desenvolva sobre o marco concetual dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, que abordam temáticas tão diversas como enfrentar os desafios da pobreza e da fome, a educação, as desigualdades, a prosperidade, a proteção do planeta, a luta contra as alterações climáticas, as cidades, a energia, o consumo e a produção sustentável e governança (Figura 4.1). Os ODS resultam do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.



Figura 4.1- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: <https://www.ods.pt/ods/>)

É neste contexto que tendo por base os pressupostos pelos quais foi criada a RBIG e os 12 anos decorridos desde a sua nomeação, bem como os resultados do Relatório de Revisão Periódica da RB Graciosa 2017, se assume que o Plano de Ação deve assegurar resposta aos seguintes objetivos específicos do território da RBIG:

Criação da identidade e reconhecimento na população da importância e benefícios da RBIG;

Dinamização e valorização dos elementos e património cultural e natural, de forma articulada e reveladora da sua real interação e interdependência;

Desenvolvimento dos pressupostos e princípios de base de um território assente nos princípios e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a implementação da Agenda 2030;

Contributo para o desenvolvimento de uma economia e sociedade prósperas em harmonia com a Biosfera, da qual o ser humano é parte fundamental, aberta e orgulhosa dos seus valores e elementos base e reconhecida no exterior;

A RBIG é uma oportunidade efetiva e real para implementar ações rumo a um desenvolvimento sustentável e o Plano de Ação pretende reforçar e impulsionar este compromisso.

Adicionalmente, o Plano de Ação deve ser assumido como uma ferramenta prática e diária para cumprir os objetivos e necessidades do Programa MaB e o seu processo de elaboração teve como pressupostos:

Concretizar um Plano de Ação realista e executável até final de 2025;

Propor ações/tarefas inovadoras de acordo com as funções da RB;

Estabelecer canais e mecanismos de coordenação entre agentes e principais forças vivas para o desenvolvimento sustentável;

Propor um sistema / mecanismo de governança e governação adequada para a RB que envolva todos os agentes e partes interessadas;

Dinamizar as parcerias e o trabalho em rede a nível nacional e internacional;

Definir as bases para o acompanhamento e seguimento do próprio plano.

4.2 Estrutura do Plano de Ação

O Plano de Ação sistematiza as ações a desenvolver no período 2020-2025 para alcançar os objetivos propostos para a RBIG.

Neste sentido, em conformidade com o Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal, do Comité Nacional MaB, está organizado em 5 Áreas de Ação Estratégica:

A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;

C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;

E - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Para as quais se definem os respetivos Objetivos e Ações desagregadas, por sua vez, em Tarefas e nos respetivos indicadores e entidades responsáveis e parceiras (Figura 4.2).

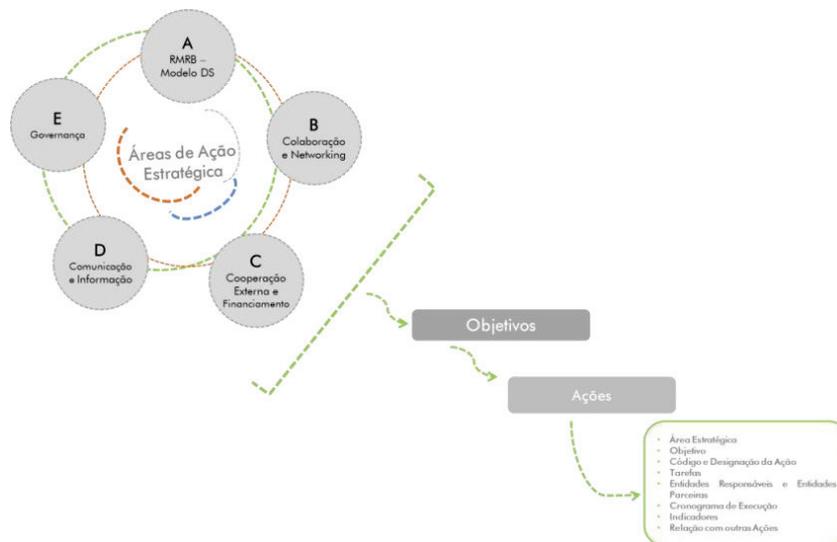


Figura 4.2- Estrutura do Plano de Ação da RBIG

Tendo em conta que o Plano de Ação para as RB de Portugal já determina o conjunto pré-definido de Objetivos e Ações que as RB devem considerar na formulação dos seus Planos de Ação, os Quadros 4.1 a 4.5 apresentam já essa pré-listagem com seleção das que se consideraram adequadas incluir no Plano de Ação da RBIG (uma vez que existiam ações no Plano de Ação para as RB de Portugal que são da responsabilidade e de uma escala nacional, e não ao nível de cada RB) e para as quais foram posteriormente definidas tarefas específicas para a sua concretização (detalhadas nas respetivas fichas de Ação). Foram igualmente identificados os ODS com os quais as Ações estão relacionadas e/ou contribuem.

Quadro 4.1- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A: A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo	Ação	Contributo ODS
A1. Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente	A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar	
	A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambientes s, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB),	

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	<p>A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais</p> <p>A1.3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países</p> <p>A1.4 Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC),</p> <p>A1.5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB</p> <p>A1.6 Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados</p> <p>A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação</p>	
<p>A2. Seleção, planificação e implementação das RB como processos abertos e participativos</p>	<p>A2.1 (A2.2 + A2.3) Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos</p>	
<p>A3. Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento</p>	<p>A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais</p> <p>A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB</p>	
<p>A4. Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável</p>	<p>A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO</p> <p>A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS</p>	

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	<p>A.4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática</p> <p>A.4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB</p> <p>A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros stakeholders das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB</p>	  
A5. Sustentabilidade económica das RB	<p>A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (nº e tipologia de empresas, produtos tradicionais, ...) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas</p> <p>A5.2 (A5.1) Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores</p> <p>A5.3 (A5.2) Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas</p> <p>A5.4 (A5.3) Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB</p>	             
A6. Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB	<p>A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB</p>	 
A7. Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas	<p>A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar</p> <p>A7.2 Implementar mecanismos para o pagamento dos serviços dos ecossistemas</p> <p>A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que</p>	             

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas	

Quadro 4.2- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
B1. <i>Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos</i>	B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)	           
B2. <i>Redes regionais e temáticas inclusivas</i>	B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas	
B4 <i>Colaboração regional e temática eficaz</i>	B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação	 
	B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB	
	B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes	
B6. <i>Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as RB</i>	B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico	   
B7. <i>Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum</i>	B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais)	
	B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional	

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão	

Quadro 4.3- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
C2. Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais	C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar)	        
C3. RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas	C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB	
	C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB	
C4. Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado	C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)	
C5. Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais	C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais; Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, outros)	
C6. Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB	C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB	

Objetivo	Ação	Contributo ODS
C7. <i>Reconhecimento nacional e internacional das RB</i>	C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento nacional	
C8. <i>Potenciar as sinergias entre as RB</i>	C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas	
	C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB	

Quadro 4.4- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo	Ação	Contributo ODS
D1. <i>Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros materiais MaB – Acesso aberto</i>	D1.1. Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta	  
D2. <i>Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)</i>	D2.1. Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação	
	D2.2. Implementar o Plano de ação de comunicação	
D3. <i>Promover maior alcance e participação – Redes sociais</i>	D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação	

Quadro 4.5- Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
E4. <i>Funcionamento efetivo das Redes regionais e temáticas</i>	E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIG participa (em	  

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	particular através das ações da área estratégica B)	

4.2.1 Fichas de Ação

São de seguida apresentadas as Fichas de Ação por Área Estratégica e são identificadas as seguintes entidades nas fichas, como entidades responsáveis ou entidades parceiras: CGRB – Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera; DRA – Direção Regional do Ambiente; DRAg – Direção Regional da Agricultura; DRAIC – Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade; DRAM – Direção Regional dos Assuntos do Mar; DRC – Direção Regional da Cultura; DRCT – Direção Regional da Ciência e Tecnologia; DRE – Direção Regional da Educação; DREn – Direção Regional da Energia; DRP – Direção Regional das Pescas; DRTu – Direção Regional do Turismo; EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.; FRCT – Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia; GAL – Grupos de Ação Local; ONGAs – Organizações Não Governamentais de Ambiente; PNI – Parque Natural de Ilha; SDEA – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores; SREAT - Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo; VPGRA – Vice-presidência do Governo Regional dos Açores

A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável

<i>FICHA DE AÇÃO</i>	
<p>Código e Designação da Ação: A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar)</p>	<p>Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Objetivo A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</p>
<p>Tarefas: A1.1.1- Campanhas e ações para redução da poluição luminosa em parceria com projetos atualmente em curso (EELabs 2019-2022 e Campanha S.O.S. Cagarro);</p>	

FICHA DE AÇÃO

A1.1.2 - Campanhas de sensibilização para promover a conservação das características da paisagem, estruturalmente agrícola e com um carácter vincadamente rural, e incentivar a recuperação da paisagem cultural caracterizada pela presença de currais de vinha, pela sua raridade e valor, e promover ações integradas que visem a recuperação e a valorização da fruticultura e da viticultura (escolas, associações empresariais e de agricultores, agentes turísticos; ...);

A1.1.2 (b).: Campanhas de sensibilização para promover a conservação das características da paisagem costeira, estruturalmente marcada pela presença de estruturas de apoio à atividade piscatória (tradicional e modernas) e incentivar a recuperação da paisagem cultural das comunidades piscatórias, caracterizada pela presença de espaços de acesso ao mar, mas também de preparação de artes e manuseamento de pescado (por parte da pesca comercial e lúdica), reconhecendo-se o valor cultural das práticas tradicionais de pesca sustentável e de subsistência, e promover ações integradas que visem a sensibilização da população em geral e das comunidades piscatórias em particular, para a importância da valorização destes espaços e práticas tradicionais e necessária adaptação às novas demandas de garante dos Requisitos de Saúde, Segurança e Higiene Alimentar e Higiene e Seguranças dos espaços de uso comum/público;

A1.1.3- Campanhas de sensibilização para a minimização dos processos erosivos do solo, em especial nas arribas litorais através do seu revestimento permanente com vegetação, dos fenómenos de erosão hídrica visíveis, sobretudo na metade superior das encostas com acentuados declives, bem como conter a expansão de pastagens de modo a controlar a drenagem das águas pluviais;

A1.1.4- Campanhas de sensibilização para a opção preferencial pela reabilitação, ao invés de novas construções, em particular no caso dos apoios agrícolas (devem resultar primordialmente de reconstruções/reabilitação do edificado existente no solo rústico) e através da recuperação, requalificação e manutenção de espaços e locais identitários da arquitetura tradicional, com eventual criação de programas de incentivos adaptados especificamente às ilhas com RB;

A1.1.5- Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos);

A1.1.6- Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes e / ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética);

A1.1.7- Definição de produtos específicos diferenciadores da ilha Graciosa:

- Artesanato moderno;

- Produtos alimentares de base (MPB) e manuseados para integrar em projetos de gastronomia local e moderna (por exemplo: Alho, Mela, Vinho, Queijada da Graciosa, Andaia; valorizar os produtos de pesca e outros recursos (ex.: algas, peixe seco e molho à pescador), valorizando comercialmente espécies menos pescadas e de baixo valor comercial mas de igual valor nutricional, diversificar a produção e o consumo);

A1.1.8- Desenvolvimento da estratégia de economia circular na ilha Graciosa (seguindo o caso piloto de outras RB);

A1.1.9 - Implementar medidas de gestão sustentável por segmento de frota, adotar o esforço de pesca aos recursos disponíveis (por exemplo, também em parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);

A1.1.10 - Ações para promoção e sensibilização para agricultura (em particular para as vinhas) e pecuária em modo de produção biológico (MPB) (Fomentar a produção de produtos de Agricultura

FICHA DE AÇÃO

Biológicos com utilização do sistema rotulagem biológica, segundo as normas do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de junho), na perspetiva em que estes podem contribuir de uma forma relevante para a sustentabilidade do território, da Natureza e das atividades humanas, e os serviços ambientais por ele obtidos são uma solução para as grandes questões que marcam a atualidade global: as alterações climáticas, a qualidade e disponibilidade da água e dos solos, a biodiversidade agrícola e dos ecossistemas, a saúde e bem-estar das pessoas. O MPB não só protege o principal capital dos Açores — a Natureza — como também o valoriza, através da criação de ecossistemas saudáveis, de bens alimentares essenciais de excelência, de emprego, da promoção do bem-estar animal e dos serviços dos ecossistemas, para as atuais gerações e para as futuras. Com esta base sólida, agregadora e durável, o MPB é também gerador de condições favoráveis para o desenvolvimento qualitativo e diferenciador de unidades de restauração, alojamento, eventos, etc. aliadas a um conjunto diversificado de atividades turísticas, tradicionais e inovadoras, nomeadamente ao nível da vivência de experiências de índole cultural, natural, paisagística, desportiva, de saúde, relaxamento e lazer;

A1.1.10 (b): Ações para promoção e sensibilização para pesca com vista à capacitação dos atores locais (da pesca comercial e pesca lúdica), para os requisitos, desafios e oportunidades das práticas de pesca sustentável e sensibilização para a necessidade de uma Agenda Local de Uso Responsável dos Recursos Marinhos (espécies piscícolas e algas);

A1.1.11 – Criação/Articulação com associações de produtores locais que funcionem como um agente facilitador de acesso a apoios técnicos e financeiros e como intermediário entre o produtor e o consumidor;

A1.1.12 - Fomentar e apoiar a implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável, como ferramenta para a gestão participada do ecoturismo na Graciosa;

A1.1.13 - Promover campanhas de sensibilização, porta a porta, sobre a separação do lixo e reciclagem, incluindo uma visita ao Centro de Resíduos, bem como ações em parceria para a sensibilização sobre o lixo marinho (parceria com os projetos OceanLit 2019-2022, IMPLAMAC, IP Azores Natura, PALMA e campanha Açores Entre Mares).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG
PNI

Entidades Parceiras:

EDA / DREn SREAT/DRA DRC DRE DRAg DRAM VPGRA / DRAIC	DRP GAL Associações empresariais e de atividades económicas Município ONGAs
--	---

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

FICHA DE AÇÃO

- Quantificação do n.º de dias por ano (e %) em que a ilha Graciosa foi alimentada por energias renováveis; (potência instalada em microgeração; quantidades microgeração); necessidades diárias de energia elétrica;
- Quantificação do n.º de veículos elétricos na ilha Graciosa;
- Quantificação do n.º de veículos a combustíveis fósseis novos e abatidos /ano;
- Quantificação do n.º de projetos de investigação com trabalho de campo realizado no Parque Natural da Graciosa;
- Quantificação do n.º de participantes na campanha S.O.S. Cagarro / ano.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambiente, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.2.1- Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIG, em parceria com ONGAS ou o PNIG;

A1.2.2- Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;

A1.2.3 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (Ex: LIFE IBAS – Ilhéu da Praia; LIFE Natura I.P., Projeto Painho-de-monteiro Fase I, LuMinAves, MISTIC SEAS, EELabs, OceanLit);

A1.2.4 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT) (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa);

FICHA DE AÇÃO

A1.2.5 - Parceria em ações de monitorização e conservação (ações contra destruição e predação de ninhos) e prospeção de colónias de aves marinhas, em particular ameaçadas (ex: painho-de-monteiro) (parcerias com LIFE EuroSAP, LuMinAves, MISTIC SEAS).

A1.2.6 – Parceria com o programa Blue Azores, que tem como objetivo designar 15% de áreas marinhas protegidas na RAA, incluindo nas zonas costeiras das ilhas RB. Este projeto está desenhado para atingir e suplantar a meta 11 de Aichi (10% de AMP).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

PNI

Entidades Parceiras:

ONGAs

Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i

FRCT

DRAM

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de iniciativas ou atividades específicas que contribuam para os AMA (cooperações com ONGAS; com outras DR; Projetos LIFE, FRCT e outros);
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para

FICHA DE AÇÃO					
					<i>o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</i>
Tarefas:					
<p>A1.3.1- Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património, numa visão holística (natural, cultural, humano, tangível e intangível), e para o benefício das comunidades locais (devem ser veiculadas as sinergias necessárias entre as entidades e tutelas presentes no território que é a RBIG para que, em conjunto, cada qual possa contribuir para a implementação do Plano de Ação);</p> <p>A1.3.2 - Desenvolvimento de um roteiro do património natural e cultural, de forma holística;</p> <p>A1.3.3 - Promover acordos com o museu, no sentido de fomentar coordenadamente o património natural e cultural da RBIG.</p>					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: SREAT/DRA/PNI DRC DRAM DRP GAL Município ONGAs		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de acordos celebrados.					
Relação com outras Ações:					
--					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:

FICHA DE AÇÃO					
A1. 3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países				A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável	
				Objetivo <i>A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</i>	
Tarefas: A1.3.1a - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.					
Entidades Responsáveis: Comité Nacional MaB			Entidades Parceiras: CGRBIG		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores - N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas para promover o Programa MaB, a criação de novas RB ou de apoio à sua gestão					
Relação com outras Ações: --					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:

FICHA DE AÇÃO

A1.4 - Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC)

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.4.1 - Projetos e iniciativas implementadas na RBIG que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), designadamente as Medidas: ECO15, ECO20, ECO21, ECO23 e ECO24 (Ex: energia, consumo de água (com projeção da Arquitetura da água e de projetos para moradias que contemplem soluções de reservatórios, como antigamente, para usos que não para consumo humano), projetos Gracióllica e Graciosa Energy System, entre outros.)

A1.4.2 - Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos);

A1.4.3 - Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes e / ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética);

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA / PNI

DREn

DRTu

DRAM

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de projetos e iniciativas implementadas na RBIG, que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e PRAC (Ex: energia, consumo de água; etc.)

Relação com outras Ações:

A1.1

FICHA DE AÇÃO

<p>Código e Designação da Ação: A1. 5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB</p>	<p style="text-align: center;">Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Objetivo A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</p>
<p>Tarefas:</p> <p>A1.5.1 - Potenciar a atividade piscatória com a pesca-turismo;</p> <p>A1.5.2 - Desenvolver ações de literacia e capacitação do mar e da agricultura e de economia social (articular com o artesanato moderno e produtos alimentares locais e parceria com o projeto OceanLit);</p> <p>A1.5.3 - Potenciar a atividade de passeios a pé/Hiking (recuperar, requalificar e manter os trilhos pedestres já existentes e criação de trilhos “locais” temáticos – com base na antiga rede de trilhos de trabalho da população local que permitia percorrer toda a ilha (Trilho dos Moinhos, Trilho das Vinhas, entre outros)), com vista à conceção de trilhos, homologados ou não, que permitam a interpretação do território que é a RBIG);</p> <p>A1.5.4 - Desenvolver ações para promoção e incentivo à produção e uso de produtos alimentares locais – existência de prémios, workshops, entre outros;</p> <p>A1.5.5 - Dinamização de um mercado quinzenal ou mensal com produtos Marca Biosfera (incluindo serviços);</p> <p>A1.5.6 - Atividades de promoção de práticas sustentáveis, com ações para identificar e premiar, por exemplo, o produtor / agricultor / pescador com práticas mais sustentáveis;</p> <p>A1.5.7 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (https://www.ruritage.eu/project/) (articulação com a ação A4.3, A4.5 e A7.3);</p> <p>A1.5.8 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;</p> <p>A1.5.9 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIG;</p> <p>A1.5.10 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);</p> <p>A1.5.11 - Fomentar o associativismo possibilitando um aumento de competitividade por via da economia de escala nos processos de negociação com os fornecedores;</p> <p>A1.5.12 - Preservação de um aglomerado populacional com características tradicionais, onde “coabitem” espaços de habitação, espaços ligados à agricultura (p.ex. eiras, burras de milho,</p>	

FICHA DE AÇÃO					
cafuas,...), caminhos antigos, rilheiras (P.Ex Fajã) e criação de um espaço interpretativo e/ou a “Casa da Reserva”;					
Entidades Responsáveis: CGRBIG		Entidades Parceiras:			
		EDA / DREn SREAT/DRA/PNI DRC DRE DRAg DRTu DRAM	DRP GAL Associações empresariais e de atividades económicas Município ONGAs		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - N.º de iniciativas de agricultura biológica e de pecuária assente em práticas sustentáveis; - N.º de ações de formação para a capacitação dos empresários/empresas na área da economia verde/sustentável e social; - N.º de empresas de bens e serviços detentores de marcas ambientais. 					
Relação com outras Ações:					
A1.1; A1.6; A1.8; A4.3; A4.5; A7.3					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: A1.6 - Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados	Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
	Objetivo A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento

FICHA DE AÇÃO*Sustentável e dos Acordos
Multilaterais de Ambiente***Tarefas:**

A1.6.1 - Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados na RBIG, em parceria com ONGAS ou o PNIG;

A1.6.2 - Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;

A1.6.3 - Recuperar, requalificar e manter os trilhos pedestres existentes e efetuar a sua correta gestão da conservação contribuindo nomeadamente para a requalificação de ecossistemas degradados;

A1.6.4 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);

A1.6.5 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (por exemplo: LIFE IBAS – Ilhéu da Praia; LIFE AZORES NATURA, Projeto Painho-de-monteiro Fase I, LuMinAves, EELabs, OceanLit).

A1.6.6 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa)

Entidades Responsáveis:

PNI

Entidades Parceiras:

CGRBIG

SREAT/DRA/PNI

DRTu

DRP

DRAM

GAL

DRCT

DRRF

ONGAs

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIG;
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).
- Extensão de caminhos e trilhos antigos recuperados (km);
- N.º Projetos e ações de investigação apoiados e co-financiados (ex: LIFE IBAS – Ilhéu da Praia; Projeto Painho-de-monteiro fase I; LIFE IP Azores NATURA; LuMinAves, EELabs, OceanLit).

FICHA DE AÇÃO

Relação com outras Ações:

A1.1; A1.2; A1.5; A4.3; A4.5; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação

Área Estratégica:
A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo
A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.8.1 - Identificar e listar boas práticas, designadamente, ambientais e agrícolas, associadas à poupança de água e redução de resíduos, e divulgar com vista à sua replicação. – ex.: “Guia de Boas Práticas sobre a Poluição Luminosa”; “Estratégia para a mitigação da Poluição Luminosa na Macaronésia (no âmbito do projeto LuMinAves)”; Tornar a ilha “Livre de plásticos e vidro” não reutilizáveis; glifosato, fertilizantes; ações de divulgação com vídeos de 1min, para divulgar nas redes sociais, com mensagem curta e clara (ex: um slogan e imagem);

A1.8.2 - Newsletter da Rede Regional de Reservas da Biosfera (RRRB) das boas práticas (semestral ou anual) de cada uma das RB para divulgação;

A1.8.3 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIG;

A1.8.4 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimento dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG
PNI

Entidades Parceiras:

SREAT/DRA
DRTu
DRAM
DRP

FICHA DE AÇÃO					
					GAL ONGAs
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - Listagem e número de boas práticas selecionadas e divulgadas. - Desenvolvimento de Guia de Boas práticas para o turismo sustentável e Manual de Boas Práticas da RB. 					
Relação com outras Ações:					
A1.5					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: A2.1 (A2.2 + A2.3) - Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos	Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
	Objetivo A2- Seleção, planificação e implementação das RB como processos abertos e participativos
Tarefas: A2.1.1 - Reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa; A2.1.2 - Presença de representante(s) da RBIG em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.). A2.1.3 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBC (ex: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa; desenvolvimento de ações com concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, exposições relacionadas com a RB; voluntariado ambiental envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou	

FICHA DE AÇÃO

apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais).

A2.1.4 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIG que envolveram atores locais e/ou regionais.

A2.1.5 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG
PNI

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º e tipologia de metodologias participativas utilizadas (exemplos: conselho consultivo, orçamento participativo, grupos de trabalho, oficinas, exposições dialogadas, consultas públicas) por RB
- N.º de reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa;
- N.º de presenças de representante(s) da RBIG nas reuniões do Comité Nacional MaB;
- N.º de presenças de representante(s) da RBIG em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.).
- N.º e descrição de projetos e ações associadas a gestão participativa da população na RBIG.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A3- Integração das RB na legislação e nos Programas

FICHA DE AÇÃO					
					<i>regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento</i>
Tarefas:					
A3.1.1 - Listar e contabilizar o número de referências às RB na diversa legislação, planos e programas setoriais, IGT's;					
A3.1.2 - Estudar a existência de lacunas legislativas ou de planos e programas existentes e se necessário analisar as prioridades legislativas necessárias;					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de referências às RB nos instrumentos de planeamento estratégico, na programação financeira com apoio comunitário, nos instrumentos de desenvolvimento regional e nacional, de ambiente e de ordenamento e gestão do território					
Relação com outras Ações:					
--					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB	Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
	Objetivo A3- Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento

FICHA DE AÇÃO

Tarefas:

A3.2.1 - Articulação do plano de ação da RB com as ações previstas pelo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente ao nível das suas medidas direcionadas para as ilhas Reservas da Biosfera e das ações AP_BT_01 (Desenvolvimento do Plano de Ação Integrado para a Implementação das Rotas e Roteiros da RAA); AP_BT_04 (Criação de um programa de “embaixadores” do turismo nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo); AP_BT_06 (Elaboração de um plano de gestão e desenvolvimento da rede trilhos), assumindo-o como instrumento partilhado para a sua implementação;

A3.2.2 - Desenvolver abordagens inovadoras, nomeadamente ao nível tecnológico, para uma efetiva gestão das reservas da Biosfera;

A3.2.3 - Desenvolver um projeto articulado com o município, museu da Graciosa, associações locais, para o envolvimento e divulgação da RB em eventos culturais e de expressão popular e da dinamização de embaixadores da ilha – contar a ilha, as suas pessoas, etc.;

A3.2.4 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e stakeholders da RB na sua gestão;

A3.2.5 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, dotado de técnico(s) qualificado(s) e com recursos financeiros adequados ao desenvolvimento de iniciativas, projetos, ações, etc.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

DRTu

DRC

DRRF

DRAM

GAL

Município

ONGAs

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Identificar nos Orçamentos Regionais as rubricas e verbas destinadas às RB dos Açores;
- Identificar parcerias e modelos de gestão e governança da RB;
- Evolução do grau de execução e resultados das ações desenvolvidas em parceria com o POTRAA.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO

Área Estratégica:
A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo
A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.1.1 - Parcerias com instituições académicas e de formação especializada (ex. com CIVISA/IVAR; INOVA; Universidade dos Açores);

A4.1.2 - Promover o desenvolvimento de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas;

A4.1.3 - Criação de Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC);

A4.1.4 - Parcerias com Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC, Cátedra UNESCO – o Património Cultural dos Oceanos) e promover a parceria entre as Cátedras e a Universidade dos Açores, que promovam o debate sobre o desenvolvimento das RB;

A4.1.5 - Identificar e contabilizar o número de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação);

A4.1.6 - Identificar temas e áreas com lacunas de conhecimento a desenvolver no âmbito das RB;

A4.1.7 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo.

A4.1.8 - Potencial parceria com o projeto RURITAGE;

A4.1.9 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base em espécies existentes na ilha Graciosa.

Entidades Responsáveis:

Entidades Parceiras:

FICHA DE AÇÃO					
CGRBIG		Comité Nacional MaB Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i GAL ONGAs			
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - N.º de parcerias pontuais (até 1 ano) e estáveis (mais de 1 ano) com instituições académicas para a realização de projetos de investigação nas RB e/ou sobre RB - N.º de RB com parcerias com instituições académicas; - N.º de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas; - N.º de Cátedras UNESCO criadas; - N.º de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação); - Projetos de produtos exportáveis com base em espécies existentes na ilha Graciosa. 					
Relação com outras Ações:					
A4.2					

FICHA DE AÇÃO	
<p>Código e Designação da Ação: A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS</p>	<p style="text-align: center;">Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável</p> <p style="text-align: center;">Objetivo <i>A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável</i></p>
Tarefas:	

FICHA DE AÇÃO

A4.2.1 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIG que envolveram atores locais e/ou regionais;

A4.2.2 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBIG (por exemplo: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa como seminários, congressos, workshops abertos a toda a população; desenvolvimento de ações com concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais); Desenvolvimento de ações (oficinas de trabalho, exposições, etc.) de envolvimento e/ou através de gamificação nas escolas para diferentes ciclos, para a população em idade ativa e para idosos;

A4.2.3 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;

A4.2.4 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação A4.5 e A7.3);

A4.2.5 - Promover e incentivar a adesão a programas europeus que potenciam o conhecimento recíproco das RB (ex.: Erasmus +);

A4.2.6 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que “operem” em áreas protegidas;

A4.2.7 - Promover na ilha Graciosa Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera;

A4.2.8 - Intensificar a formação dos profissionais do setor das pescas (incluindo apanha de algas e outros recursos marinhos vivos), promover cursos de reciclagem e aprendizagem – parceria com o projeto E-LOG;

A4.2.9 – Criação de módulos passíveis de integrar diferentes referenciais de formação, na oferta formativa existente. Criação de uma Oferta Formativa para formação contínua de ativos e de Certificação Escolar e Profissional (Cursos Profissionais) de estrutura modular para capacitação das comunidades locais na qualidade de ativos com competências diferenciadas para o uso e gestão dos ecossistemas costeiros e marinhos das Ilhas da Biosfera, em parceria com a Escola do Mar dos Açores.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i
DRAM
DRP
DRA/PNI

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de parcerias com instituições de ensino e formação;
- Listar e contabilizar o número de sessões de formação/capacitação realizadas por ano na RBIG que envolveram atores locais e/ou regionais.

Relação com outras Ações:

A4.1; A4.5; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.3.1 - Implementação das ações A.1.2., A.1.4, A.1.6. e A.4.1, complementando essas ações com a realização de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local, onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados;

A4.3.2 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);

A4.3.3 - Parceria com projeto E-LOG e RURITAGE.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRAM
DRP
ONGAs

FICHA DE AÇÃO					
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - Listar e contabilizar o número projetos com resultados gerados que sejam pertinentes para a gestão da RBIG; - Listar e contabilizar o número de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados. 					
Relação com outras Ações:					
A.1.2., A.1.4, A.1.6; A.4.1; A4.2					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:
A4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB	A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
	Objetivo
	<i>A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável</i>
Tarefas:	
<p>A4.4.1 - Identificação de boas práticas de desenvolvimento sustentável na RBIG e de práticas não sustentáveis;</p> <p>A4.4.2 - Eliminação ou minimização de práticas não sustentáveis na RBIG (ex: incentivar o uso de armadilhas Good Nature para Controlo ou Erradicação de Roedores em vez de usar roenticidas em algumas áreas, particularmente nas Áreas Protegidas, uso de plásticos e vidros não reutilizáveis, fertilizantes, glifosato, entre outros);</p> <p>A4.4.3 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);</p>	

FICHA DE AÇÃO

A4.4.4 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que “operem” em áreas protegidas.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRAM
DRRF
DRTu
Município
GAL
ONGAS
Associações empresariais e de atividade económicas

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de boas práticas identificadas na RBIG;
- Listar e contabilizar o número de práticas não sustentáveis identificadas, eliminadas ou minimizadas na RBIG (plásticos e vidros não reutilizáveis, fertilizantes, glifosatos).

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros *stakeholders* das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

FICHA DE AÇÃO

Tarefas:

A4.5.1 - Desenvolvimento de projetos para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIG, nomeadamente ao nível de:

– Custódia do território, como instrumento para o desenvolvimento de algumas das ações associadas à formação e capacitação (ex: Atividades 2.1.2; 2.2.1 – Formação e difusão sobre a Custódia de Território e Ecoturismo; cartografia e inventário de espaços idóneos para desenvolver acordos de custódia e para atividades Ecoturísticas, assim como das entidades de custódia com potencial atuação na ilha; etc.);

- Definição de objetivos de qualidade de paisagem a nível municipal/ilha, em conjunto com as forças vivas locais, e definir uma estratégia de gestão conjunta no produto e imagem da RB (ex: contribuir para a valorização da paisagem, através do contributo conjunto com a câmara municipal para a definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem);

A4.5.2 - Criação do programa do “embaixador” da RB (em articulação com o POTRAA);

A4.5.3 - Reforço da promoção do Mergulho, da Pesca-turismo, do agroturismo, da cultura da vinha com a recuperação dos antigos currais e áreas de vinha, do Geoturismo e do *Touring Cultural* (nomeadamente a Rota da Arquitetura da Água) e Natural para os meses de março, abril, maio e de setembro e outubro;

A4.5.4 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies existentes na Graciosa;

A4.5.5 - Criação da Carta dos Desportos da natureza da Reserva da Biosfera da Ilha Graciosa;

A4.5.6 - Manutenção, diversificação e ampliação da rede de trilhos da Graciosa;

A4.5.7 - Fomentar e apoiar a implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável, como ferramenta para a gestão participada do ecoturismo na Graciosa;

A4.5.8 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação 7.3).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Município

DRTu

DRC

DRAM

ONGAs

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

FICHA DE AÇÃO

- Listar e contabilizar o número de projetos importantes para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIG – Implementar o projeto de custódia do território;
- Listar e contabilizar o número sessões de esclarecimento e fóruns colaborativos sobre a RBIG;
- Monitorização bienal dos Planos de Ação das RB, em processo de gestão participativa.

Relação com outras Ações:

A1.1; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (n.º e tipologia de empresas, produtos tradicionais, ...) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.1.1 - Desenvolvimento de um estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica);

A5.1.2 - Definição do quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIG.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Município
DRTu
DRAIC
DRP

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

FICHA DE AÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Listar e contabilizar o número de estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica); - Elaborar quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIG. 	
Relação com outras Ações:	
A5.2	

FICHA DE AÇÃO					
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:				
A5.2 Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores	A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável				
	Objetivo				
	A5- Sustentabilidade económica das RB				
Tarefas:					
<p>A5.2.1 - Identificação de modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIG;</p> <p>A5.2.2 - Desenvolvimento de uma estratégia para criação de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera;</p> <p>A5.2.3 - Realização de estudos de custo-benefício e de sistemas de partilha de benefícios e responsabilidades, e implementar as prioridades por eles definidas;</p> <p>A5.2.4 - Definição de um modelo de financiamento próprio para a RB, assente na valorização do usufruto da RB pelos visitantes (por exemplo: taxa turística);</p> <p>A5.2.5 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação;</p> <p>A5.2.6 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB.</p>					
Entidades Responsáveis:	Entidades Parceiras:				
CGRBIG	DRA/PNI				
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025

FICHA DE AÇÃO					
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - Modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIG implementados; - Identificação e número de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera. 					
Relação com outras Ações:					
A3.2; A5.1					

FICHA DE AÇÃO					
Código e Designação da Ação:			Área Estratégica:		
A5.3 Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas			A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável		
			Objetivo		
			A5- Sustentabilidade económica das RB		
Tarefas:					
A5.3.1 - Implementação do plano de negócios selecionado na Ação A5.2					
Entidades Responsáveis:			Entidades Parceiras:		
CGRBIG			DRA/PNI		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- Quantificar a percentagem de orçamento gerado na RBIG.					
Relação com outras Ações:					
A5.2					

FICHA DE AÇÃO

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.4 Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB

Área Estratégica:
A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo
A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.4.1 - Candidatura a fundos ou programas de financiamento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações e projetos, que permitam apoiar também o financiamento de recursos humanos e da operacionalização);

A5.4.2 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Quantificar a percentagem de verbas afetas à RBIG oriundas de fundos públicos.

Relação com outras Ações:

A5.1; A5.3

FICHA DE AÇÃO

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação: A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB	Área Estratégica: A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
	Objetivo A6- Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB

Tarefas:
A6.2.1- Realização de reuniões, encontros e iniciativas associadas a processos participativos para a gestão e tomada de decisão na RBIG, que demonstrem existir um processo participativo de governança, como por exemplo as resultantes das ações A.2.1 e A.4.2;
A6.2.2- Desenvolvimento das ações associadas ao livre acesso à informação da RBIG e à divulgação das suas ações e resultados, nomeadamente ao nível do Plano de Ação, e em particular ao nível das ações da Área Estratégica 4.

Entidades Responsáveis: CGRBIG	Entidades Parceiras: -
--	----------------------------------

Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores
- N.º de reuniões, encontros e tomada de decisões que demonstrem existir um processo participativo de governança;
- N.º de oportunidades criadas que demonstrem que o processo de governança é transparente e equitativo nas RB e que demonstrem que o acesso à informação é aberto.

Relação com outras Ações:
A2.1; A4.2

FICHA DE AÇÃO

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A7- Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

A7.1.1- Identificação e mapeamento dos serviços dos ecossistemas da RBIG (incluir levantamentos do projeto LIFE Ilhas Santuário);

A7.1.2- Identificar e definir novos biótipos a proteger;

A7.1.3- Parcerias para recuperação de ecossistemas;

A7.1.4- Manter espécies e dos habitats cujo estado de conservação é atualmente favorável;

A7.1.5 - Melhorar do estado de conservação das espécies e habitats cujo estado de conservação é desfavorável;

A7.1.6- Identificar áreas degradadas e definir prioridades de intervenção;

A7.1.7- Realizar projetos-chave no âmbito de ações concretas de restauração ecológica de áreas degradadas;

A7.1.8- Realizar estudos para avaliação dos limiares da viabilidade ecológica de espécies presentes (aplicando e incluindo dados das monitorizações de aves marinhas desde 1995, aquando da restauração do ilhéu da Praia, e de 2014, recolhidos pela SPEA, as metodologias definidas pelo projeto MISTIC SEAS I e II);

A7.1.9- Avaliar cenários de evolução climática e de impacte, à escala adequada, na presença e distribuição de espécies e habitats (parceria com tarefa A1.4.1 e tarefa A7.1.8);

A7.1.10 - Definir para cada bioma os limites de uso sustentável e as necessidades de proteção total (ex: Ilhéu da Praia; componente marinha protegida em volta da ilha, entre outros);

A7.1.11 - Parceria com projeto MOVE (FRCT).

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Entidades de I&D+i

DRCT

ONGAS

DRA/PNI

DRAM

DRRF

Cronograma de Execução

FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- Desenvolvimento de estudos de quantificação/valoração económica dos serviços dos ecossistemas;
- Implementação de mecanismos para a valoração / pagamento dos serviços de ecossistemas.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas

Área Estratégica:
A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo
A7- Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

A7.3.1- Identificar e listar iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e subespécies e/ou variedades de valor económico e/ou cultural (ex.: n.º licenças para o estudo/manuseamento de animais selvagens; n.º projetos de investigação implementados pelo PNI, DOP, DRAM e SPEA; projetos de investigação associados à recuperação de áreas e espécimes de flora endémica e nativa);

A7.3.2 - Introduzir projetos e metodologias de engenharia natural para intervenções associadas à mitigação de riscos, intervenções em arribas, taludes; estruturas de proteção e de usufruto; minimizar os espaços impermeabilizados, etc.

A7.3.3 - Reforçar o sistema produtivo primário para otimizar a sua utilização de recursos e a produtividade, provendo pequenas iniciativas agrícolas e piscatórias que forneçam o mercado local e externo, num produto valorizado pela marca Biosfera;

A7.3.4- Monitorizar os impactos na flora e na fauna e controlo do fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis;

A7.3.5- Garantir a manutenção de ações de combate à flora invasora;

A7.3.6- Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies existentes na ilha Graciosa;

A7.3.7 - Projeto para desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, inclusivo, resiliente às especificidades e exigências da ilha, que seja seguro e diversificado, de modo a assegurar uma

FICHA DE AÇÃO					
<p>alimentação saudável e acessível a toda a população e a promover as iniciativas de gastronomia local nos serviços prestados a visitantes e ao ecoturismo.</p> <p>A7.3.8- Organizar periodicamente recreações de atividades tradicionais (associado à ação A1.5);</p> <p>A7.3.9 - Estabelecimento de parcerias com o projeto RURITAGE (https://www.ruritage.eu/project);</p> <p>A7.3.10 – Incentivar a adoção de medidas de mitigação de poluição luminosa sobre as aves marinhas (mudança para luminárias adequadas, apagões, diminuição da intensidade luminosa nos períodos críticos de saída dos juvenis das aves marinhas).</p>					
Entidades Responsáveis:			Entidades Parceiras:		
CGRBIG			DRA/PNI Entidades de I&D+i DRCT DRAM DRAg		ONGAS Associações empresariais e de atividades económicas Município
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e variedades de valor económico e/ou cultural.					
Relação com outras Ações:					
A1.5; A7.2					

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:

FICHA DE AÇÃO					
B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)			B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB		
			Objetivo <i>B1- Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos</i>		
Tarefas:					
B1.1.1 - Programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela Rede Regional e ONGAS direcionados a diferentes público-alvo, com intercâmbio, por exemplo, entre escolas das 4 RB, e dentro da própria RB;					
B1.1.2 - Desenvolvimento das ações / tarefas A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1 e integração dos respetivos resultados;					
B1.1.3 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e stakeholders da RB na sua gestão;					
B1.1.4 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, ou da rede regional das RB.					
B1.1.5 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que “operem” em áreas protegidas;					
B1.1.6 - Promover na ilha Graciosa Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera;					
B1.1.7 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI DRAM Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i ONGAs		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela RBIG;					
- N.º de presenças de representantes e atores locais da RBIG que participaram em formações.					

FICHA DE AÇÃO

Relação com outras Ações:

A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B2- Redes regionais e temáticas inclusivas

Tarefas:

B2.1.1 - Realização de reuniões da Rede Regional e de grupos temáticos regionais em que representante(s) da RBIG participa(m);

B2.1.2 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de reuniões de Redes e grupos temáticos e regionais em que representante(s) da RBIG participa(m);
- N.º de participantes e RB representadas.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação: B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação		Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB			
		Objetivo B4- Colaboração regional e temática eficaz			
Tarefas: B4.1.1 - Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação de participantes e de RB envolvidas, como resultado das ações A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: -		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores - N.º de programas/iniciativas de outras RB em que a RBIG participa.					
Relação com outras Ações: A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.					

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação: B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB		Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas			
---	--	---	--	--	--

FICHA DE AÇÃO					
				de rede dentro do MaB e da RMRB	
				Objetivo <i>B4- Colaboração regional e temática eficaz</i>	
Tarefas:					
B4.2.1 - Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB, como resultado das ações A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2;					
B4.2.2 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de iniciativas de trabalho de campo e/ou voluntariado ambiental desenvolvidas pela RBIG em outras RB ou de outras RB na RBIG.					
- N.º de participantes e de RB envolvidas.					
Relação com outras Ações: A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes	Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB
	Objetivo

FICHA DE AÇÃO					
					B4- Colaboração regional e temática eficaz
Tarefas:					
B4.3.1 - Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes, como resultado da articulação com as ações A.2.1, A.4.1. e através de:					
B4.3.2 - Desenvolvimento de feiras e mostras de produtos entre as RB regionais;					
B4.3.3 - Promover a penetração, em mercados externos, de produtos com Denominação de Origem Protegida e/ou com certificação ecológica;					
B4.3.4 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de participantes e iniciativas da RBIG permutadas com outras RB.					
Relação com outras Ações: A.2.1, A.4.1					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico	Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB
	Objetivo

FICHA DE AÇÃO					
					B6- Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as RB
Tarefas: B6.1.1 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da Rede Nacional e da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de acordos de geminação; - N.º de elementos da RBIG que participaram em intercâmbios entre RB nacionais.					
Relação com outras Ações: --					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais)	Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB
	Objetivo B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento

FICHA DE AÇÃO					
					<i>com a visão do MaB e uma missão comum</i>
Tarefas: B7.1.1 - Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais), como resultado das ações dos Objetivos A4 e B4.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - N.º de especialistas/colaboradores de RB que, direta ou indiretamente, colaboram com a RBIG; - Reabilitar um edifício no núcleo histórico para criar um pequeno “centro” de trabalho de investigação / laboratório (com residência, etc). 					
Relação com outras Ações: A4.1; A4.2; A4.3; A4.4; A4.5; B4.1; B4.2; B4.3					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional	Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB
	Objetivo B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

FICHA DE AÇÃO

Tarefas:

B7.2.1 - Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Identificar e listar o n.º de projetos comuns à RNRB.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.3.1 - Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão.

<i>FICHA DE AÇÃO</i>					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI DRAM Entidades de I&D+i		
Cronograma de Execução					
<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2024</i>	<i>2025</i>
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de encontros de partilha de informação técnico/científica produzida ou aplicada em RB nos quais representantes da RBIG participaram.					
Relação com outras Ações:					
--					

C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera

<i>FICHA DE AÇÃO</i>	
Código e Designação da Ação: C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar, OSPAR)	Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
	Objetivo C2- Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais
Tarefas:	

FICHA DE AÇÃO					
C2.1.1 - Promover oportunidades de colaboração e parcerias criadas e concretizadas pela RNRB no âmbito da UNESCO, outras organizações e convenções internacionais.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG Comité Nacional MaB			Entidades Parceiras: DRA/PNI DRAM		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas.					
Relação com outras Ações:					
--					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB	Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
	Objetivo C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas
Tarefas: C3.1.1 - Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB (ex. apanha de algas, agricultura biológica, uso da água, etc.), como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.	

FICHA DE AÇÃO					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de sessões de capacitação realizadas; - N.º de atores locais envolvidos na RB.					
Relação com outras Ações: A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB	Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
	Objetivo C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas
Tarefas: C3.2.1 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB (articular com Ação A5.3); C3.2.1 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.	
Entidades Responsáveis:	
Entidades Parceiras:	

FICHA DE AÇÃO					
CGRBIG			DRA/PNI Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de ações executadas na RBIG financiadas através de parcerias.					
Relação com outras Ações:					
A5.3					

FICHA DE AÇÃO			
Código e Designação da Ação: C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)			
<table border="1"> <tr> <td>Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB</td> </tr> <tr> <td>Objetivo C4 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado</td> </tr> </table>		Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB	Objetivo C4 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado
Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB			
Objetivo C4 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado			
Tarefas: C4.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.			
Entidades Responsáveis: CGRBIG	Entidades Parceiras: Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas GAL		

FICHA DE AÇÃO					
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> - N.º de colaborações/parcerias com o setor privado; - N.º de eventos realizados para captação de recursos e parcerias; - N.º de projetos financiados por privados na RBIG. 					
Relação com outras Ações:					
A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	Área Estratégica:
C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais; Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, PO Açores 2020, Mar2020, FEAMP, EEA GRANTS, outros)	C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
	Objetivo
	C5 - Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais
Tarefas:	
C5.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.	
Entidades Responsáveis:	Entidades Parceiras:
CGRBIG	Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas

FICHA DE AÇÃO					
			GAL DRA/PNI DRAIC DRAM DRCT		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de projetos financiados por mecanismos financeiros regionais, nacionais e internacionais; - N.º de Programas de financiamento com referência expressa à RBIG.					
Relação com outras Ações:					
A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação:	
C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB	
Área Estratégica:	
C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB	
Objetivo	
C6 - Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB	
Tarefas:	
C6.1.1 - Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar na RBIG (articulação com as ações A1.1, A1.5 e A4.5.).	
Entidades Responsáveis:	Entidades Parceiras:
CGRBIG	

FICHA DE AÇÃO					
			Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas GAL DRA/PNI Entidades formadores, de ensino e I&D+i		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de sessões de (in) formação sobre RB para empreendedores. - N.º de empresas e associações de cariz social que participam na gestão das RB.					
Relação com outras Ações: A1.1, A1.5 e A4.5					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento regional	<p>Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB</p> <p>Objetivo <i>C7 - Reconhecimento nacional e internacional das RB</i></p>
Tarefas: C7.1.1 - Fomentar a utilização da marca “Biosfera Açores” em produtos e serviços de acordo com o regulamento (Portaria n.º 27/2011, de 28 de abril) (realização de feiras e divulgação, etc. – por exemplo: ação A1.3) e promover sessões de esclarecimento do que significa ter a marca “Biosfera Açores” e os benefícios que tem para ambas as partes (produtor e a RB); C7.1.2 - Analisar a viabilidade de associar a marca “Biosfera Açores” à marca “Açores”, em alguns sectores, como por exemplo: Artesanato e Pesca.	

FICHA DE AÇÃO

Entidades Responsáveis: CGRBIG		Entidades Parceiras: Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas GAL DRA/PNI DRAIC / SDEA Município			
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de produtos e serviços que utilizam a marca “Biosfera Açores”.					
Relação com outras Ações: A1.3					

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação: C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas		Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
		Objetivo C8 - Potenciar as sinergias entre as RB
Tarefas:		

FICHA DE AÇÃO					
<p>C8.1.1 - Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB Nacionais (articulação com as ações A1.3) e com a marca "Açores" (articulação com a Ação C7.2);</p> <p>C8.1.2 – Candidatura conjunta para promoção e marketing entre as RB dos Açores para acesso ao financiamento proveniente do Comité MAB (EEAGrants) para ações transversais dos seus planos de ação;</p> <p>C8.1.3 - Promoção regional, nacional e internacional de eventos âncora ligados a espaços identitários da RB (Subida dos Degraus da Furna; Volta ao ilhéu – Natação de águas Abertas; Corrida de Orientação, entre outros).</p>					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de ações de marketing conjuntas entre RB.					
Relação com outras Ações:					
A5.2, A5.4, C3.2					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB	Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
	Objetivo C8 - Potenciar as sinergias entre as RB

FICHA DE AÇÃO					
Tarefas: C8.2.1 - Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre os produtos e serviços locais acreditados com a marca “Biosfera Açores”.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI DRTu DRC		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de produtos e serviços promovidos junto de Postos de turismo e Agências de viagens nomeadamente na área do ecoturismo e turismo rural.					
Relação com outras Ações: --					

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: D1.1 Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta	Área Estratégica: D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte
	Objetivo D1- Disponibilização total de documentos, dados,

FICHA DE AÇÃO					
					<i>informação e outros materiais MaB – Acesso aberto</i>
Tarefas: D1.1.1 - Implementar a política de Acesso Aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI Comité Nacional MaB DRCT		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de documentos disponíveis nos sites das RB, da CNU e do Comité MaB; - N.º de pedidos de informação solicitada e respondida.					
Relação com outras Ações: --					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: D2.1 Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação	Área Estratégica: D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte
	Objetivo D2- Promover um maior conhecimento sobre os vários

FICHA DE AÇÃO					
					<i>aspectos do Programa MaB (integra a ação A2.4)</i>
Tarefas:					
D2.1.1 - Desenvolver o Plano de Ação de Comunicação e Imagem para a RBIG e para a Rede Regional no global, suportado pela criação de um sitio WEB para as Reservas da Biosfera dos Açores e com um separador específico para cada uma das RB, que contemple:					
- Definir normas, critérios e boas práticas, atividades específicas de divulgação, entre outras para a gestão e governança de cada reserva da Biosfera;					
- Identificar mecanismos e ferramentas de participação pública e processos de transparência.					
Entidades Responsáveis: DRA/PNI			Entidades Parceiras: CGRBIG Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- Existência de uma Estratégia de comunicação para as RB dos Açores					
Relação com outras Ações: D2.2					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: D2.2 Implementar o Plano de ação de comunicação	Área Estratégica: D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte
	Objetivo

FICHA DE AÇÃO					
					D2- Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)
Tarefas:					
D2.2.1 - Implementar o Plano de Ação de Comunicação e imagem (nomeadamente com criação de uma “mascote” específica para RB da Graciosa) e que envolva iniciativas como concursos de fotografia, vídeos ou outros ligados à(s) temática(s) das RB;					
D2.2.2 - Disponibilização de <i>flyers</i> e outros materiais de divulgação da RB em museus, escolas, restaurantes, alojamento turístico.					
Entidades Responsáveis: DRA/PNI CGRBIG			Entidades Parceiras: Comité Nacional MaB		
Cronograma de Execução					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores					
- N.º de iniciativas do Plano de ação de comunicação realizadas.					
Relação com outras Ações:					
D2.1					

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação	Área Estratégica: D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte
	Objetivo

FICHA DE AÇÃO					
					D3- Promover maior alcance e participação – Redes sociais
Tarefas: D3.1.1 - Desenvolvimento da comunicação das RB através das redes sociais.					
Entidades Responsáveis: CGRBIG			Entidades Parceiras: DRA/PNI		
Cronograma de Execução:					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores: - N.º de RB com perfis/divulgação oficial em redes sociais.					
Relação com outras Ações: D2.1; D2.2					

E – Governança efetiva do programa MaB da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas

FICHA DE AÇÃO	
Código e Designação da Ação: E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIG participa (em particular através das ações da área estratégica B)	Área Estratégica: E - Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB Objetivo: E4 - Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIG participa (em particular através das ações da área estratégica B

FICHA DE AÇÃO**Tarefas:**

E4.1.1 - Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIG participa através da implementação das ações da Área Estratégica B, especificamente das ações dos Objetivos B4, B6 e B7, e da Área Estratégica C, das ações dos Objetivos C3, C6 e C8.

Entidades Responsáveis:

CGRBIG

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de presenças da RBIG em reuniões das Redes.
- Promover protocolos de cooperação e/ou participação ativa na definição de ações conjuntas;
- (indicadores e reporte dos resultados das ações das Áreas Estratégicas B e C).

Relação com outras Ações:

Ações dos Objetivos B4, B6 e B7 e dos Objetivos C3, C6 e C8.